

Desenvolver para melhorar a Qualidade de Vida

Proposta de Cabo Verde ao Programa de Assistência do MCA



Cabo Verde Islands
Ilhas de Cabo Verde

Nossa Visão

”Nós queremos construir um país aberto ao mundo com um sistema de produção forte e dinâmico, com base no reconhecimento do valor dos recursos humanos, na sua capacidade tecnológica e na sua cultura. Nós queremos uma sociedade unida, democrática, aberta e tolerante baseada na solidariedade, paz e justiça social.”

Cabo Verde: Grande Opções do Plano. 2002

Table of Contents

Economic Growth for Improved Quality of Life *Cape Verde's proposal for MCA assistance*

| | |
|---|----|
| Executive Summary | 3 |
| 1. Key Challenges, Strategies and Policy Reforms.... Erro! Marcador não definido. | |
| 1.1 Challenges and constraints to development .. Erro! Marcador não definido. | |
| 1.2 Strategy: Ensuring long-term development and transformation..... | 14 |
| 1.2.1 Addressing poverty through sustainable economic growth | 16 |
| 1.3 Policy Reforms..... | 16 |
| 2. Utilizing the MCA assistance to achieve high economic growth rates for improved quality of life | 17 |
| 2.1 Proposed Priority Areas | 18 |
| 2.1.1 Economic Competitiveness | 18 |
| 2.1.2 Social Empowerment and Poverty Reduction Erro! Marcador não definido. | |
| 2.2 Intended Beneficiaries of the MCA assistance program Erro! Marcador não definido. | |
| 2.3 Duration of the MCA assistance program..... Erro! Marcador não definido. | |
| 3. Justification..... Erro! Marcador não definido. | |
| 3.1 Why should MCC support Cape Verde?..... Erro! Marcador não definido. | |
| 3.2 What is the likelihood of success?..... Erro! Marcador não definido. | |
| 3.3 What are the risk factors?..... Erro! Marcador não definido. | |
| 4. Implementation Erro! Marcador não definido. | |
| 4.1 Projects..... Erro! Marcador não definido. | |
| 4.1.1 Component 1: Social Empowerment and Poverty Reduction Erro! Marcador não definido. | |
| 4.1.2 Component 2: Economic Competitiveness | 35 |
| 4.2 Program Costs..... | 36 |
| 4.3 The role of government..... | 37 |
| 4.4 Policies | 37 |
| 4.5 Institutional Framework | 42 |
| 4.6 Monitoring and Accountability | 43 |
| 4.6.1 Ensuring open, fair and competitive procedures | 43 |
| 4.6.2 Fiscal and Accountability Plan | 44 |
| 4.6.3 Monitoring and Evaluating Process | 44 |
| 4.6.4 How can achievement of proposed goals be measured? | 45 |
| 4.6.5 Collection and validation of performance data Erro! Marcador não definido. | |
| 4.7 Donor Coordination..... | 49 |
| 5. Consultative Process | 53 |
| 6. Sustainability Strategy..... | 55 |
| 7. Commitment to MCA Criteria | 58 |
| 8. Other Factors for MCC Consideration..... | 60 |

9. Government Representatives..... Erro! Marcador não definido.
10. Transparency..... 62

Sumário Executivo

1. A economia cabo-verdiana está pronta para uma nova largada. Ela preenche agora os pré-requisitos básicos: uma economia livre e aberta, boa governação e maturidade democrática, estabilidade económica e social e uma sociedade altamente escolarizada. O que a economia Cabo-verdiana necessita são investimentos significativos, a continuação da governação democrática e das reformas em curso.
2. O financiamento do MCA surge no momento certo e será utilizado para atrair e complementar os financiamentos dos mercados financeiros internacionais e do sector privado local para lançar as bases do desenvolvimento económico de Cabo Verde. Conforme acordado aquando da realização das extensas consultas e diálogos no âmbito da preparação da proposta cabo-verdiana ao MCA, a assistência a receber será utilizada para debelar os constrangimentos que impedem o crescimento económico e, também para encorajar os pobres a se envolverem nas actividades produtivas. Isto é crucial porque enquanto não se equacionar os factores que minam a competitividade nacional e a habilidade de aumentar a produtividade dos seus cidadãos, Cabo Verde não será capaz de transcender os seus problemas e alcançar um novo patamar do seu desenvolvimento. O MCA apresenta-se como uma grande oportunidade para a nação de realizar a sua visão colectiva de transformação nacional, partilhada por todos os seus cidadãos.
3. A economia cabo-verdiana tem-se desenvolvido de forma consistente desde a independência do país em 1975. O crescimento anual do produto nacional bruto (PNB) tem sido, em média, de 6 por cento. A inflação tem sido em média de 1.87 por cento ao ano desde 1999. O rendimento per capita aumentou de 200 dólares americanos em 1975 para 1.400 dólares americanos em 2003, um aumento de sete vezes. Para melhorar o desempenho económico e assegurar a auto-sustentabilidade económica, o Governo empreendeu já várias reformas e tem muitas outras em curso. De entre essas reformas destaca-se os esforços para melhorar a eficiência da administração pública, reduzir as barreiras administrativas, reformar e aprofundar os mercados financeiros, garantir a estabilidade monetária e disciplina fiscal. O Governo está a dar continuidade ao processo de privatização, a promover a reforma das pensões e está engajado no processo de reforma das políticas comerciais e os sistemas dos direitos de propriedade intelectual para alcançar os requisitos-padrões estabelecidos para adesão à Organização Mundial do Comércio
4. Cabo Verde também enfrenta desafios constantes, tais como elevada taxa de desemprego e agravamento da pobreza e problemas estruturais como a pequenez do seu mercado e a incipiente base produtiva, a descontinuidade geográfica (Cabo Verde é um arquipélago), recursos limitados, elevado custo de factores de produção, baixa pluviosidade, condições climáticas difíceis e infra-estrutura inadequada. A juntar a estes desafios, acrescenta-se ainda a excessiva dependência de Cabo Verde de dois factores-chave para o seu desenvolvimento e que não estão sob o seu controle: a remessa dos emigrantes e a ajuda dos doadores externos. Esta situação torna a taxa de

crescimento económico insustentável, porquanto altamente vulnerável a choques externos. O Programa de assistência do MCA proposto centra-se, primeiramente, nesse objectivo de construir uma economia altamente desenvolvida e auto-sustentável, através de investimentos e programas de apoio ao crescimento da produtividade, expansão da economia rural e construção de uma economia globalmente competitiva.

5. Ademais, a economia cabo-verdiana atingiu índices elevados de crescimento económico, mas a actual estrutura económica não é suficiente para ter um impacto positivo no combate a pobreza. Cabo Verde não poderá permitir tal situação em que a economia cresce e a pobreza aprofunda-se. Isto não é sustentável a longo prazo e poderá criar grandes disparidades na nação entre “os que têm e os que não têm”, o que poderá favorecer a criação de sub-classes dentro da sociedade. Essa disparidade socio-económica poderá criar focos de conflitos e tensão social que poderão perigar o projecto de construção de uma grande nação cabo-verdiana. A situação actual da pobreza não requer a solução clássica, mas sim a um conjunto de medidas visando a transformação económica e criação de capacidades nas áreas rurais. Assim, o governo e a sociedade decidiram procurar e implementar programas efectivos e inovadores que integraram os pobres na economia formal. Tudo isso é preciso a fim evitar a construção de “duas” sociedades.
6. E claro que Cabo Verde necessita lançar as bases para o seu crescimento económico auto-sustentado. O programa de assistência do MCA concentrar-se-á fundamentalmente nesse objectivo. Investimentos concretos serão feitos no intuito de suportar os programas que terão impacto no aumento da produtividade, expansão da economia rural e construção de uma economia globalmente competitiva, garantindo assim um crescimento durável enquanto evitando a tendência de formação de “duas” sociedades. O objectivo final é construir uma economia auto-sustentada e com elevado índice de crescimento.
7. A qualificação de Cabo Verde ao MCA e o provável acesso a significativos fundos de desenvolvimento irão permitir ao país acelerar a implementação da sua estratégia de desenvolvimento económico. A estratégia adoptada pelos parceiros para o programa de assistência do MCA coloca ênfase em duas áreas: (a) desenvolvimento da economia rural e (b) aumento da competitividade da economia de Cabo Verde no mercado global. O programa está direccionado para atacar os problemas que limitam a performance económica e a capacidade da nação de acabar com a pobreza.
8. O montante proposto para o programa de assistência MCA (Figura 1) de 118.150.000 dólares americanos (cento e dezoito milhões e cento e cinquenta mil dólares americanos), distribuído por um período de três anos, facilitaria um crescimento económico sustentado e contribuiria, significativamente, para melhorar o nível e a qualidade de vida de todos os cabo-verdianos. Se for correctamente implementado, como se espera, o programa proposto ampliará as oportunidades económicas e consequentemente a base produtiva da economia, ao mesmo tempo que melhorará a capacidade dos pobres e da população das áreas rurais para participarem mais directamente na economia formal.

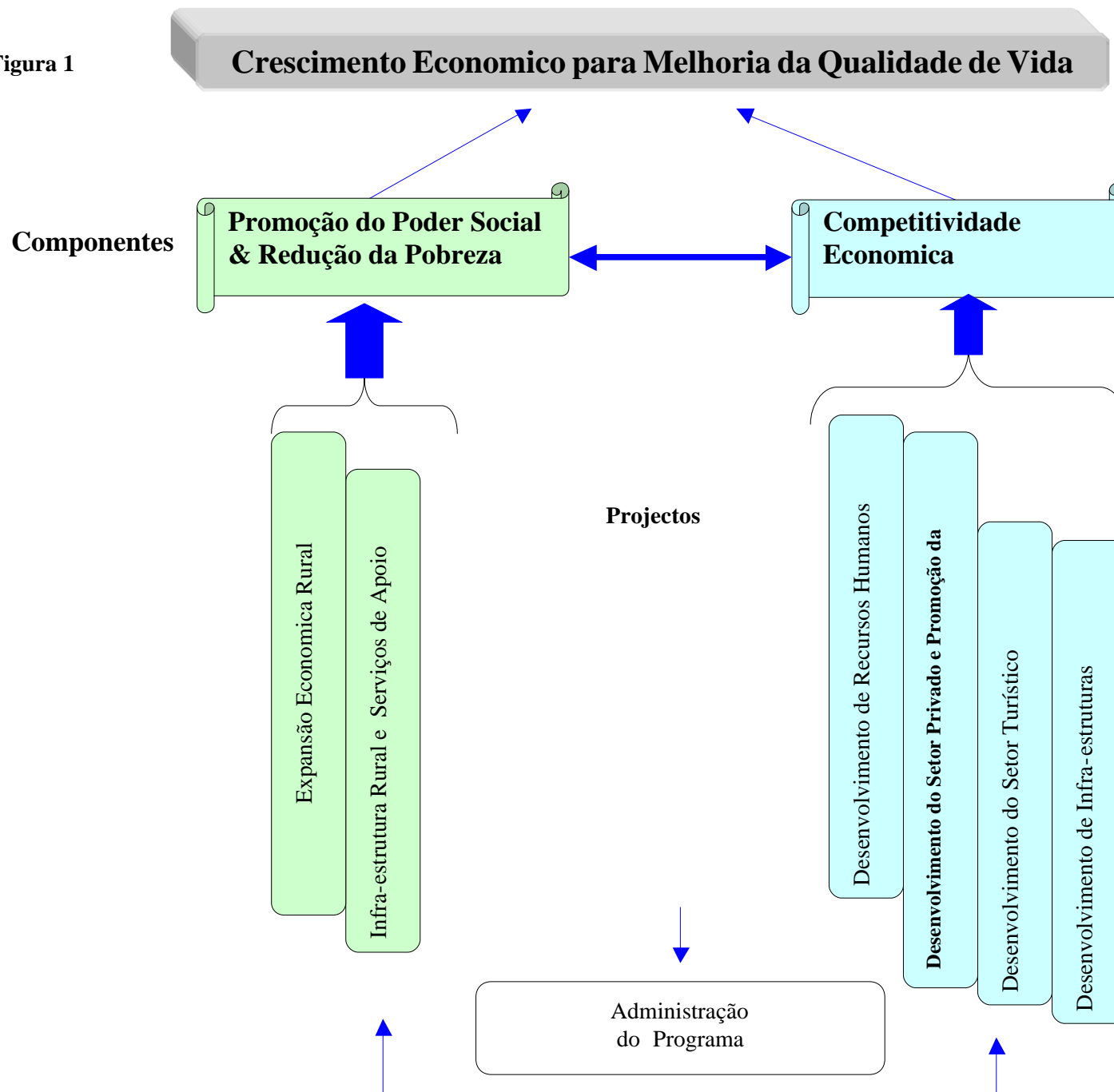
9. A primeira componente do programa é investir nos pobres através da formação e do acesso a serviços e novas tecnologias e pela facilitação da transição para actividades produtivas. O objectivo é apoiar os pobres e as famílias nas áreas rurais a aumentarem os níveis de produtividade, expandir oportunidades económicas e gerar riqueza. Acreditamos que esta abordagem de converter os pobres em produtores económicos constitui a única via para a redução sustentável dos índices de pobreza no nosso país.
10. Para o desenvolvimento da economia rural através do aumento da produtividade e da expansão dos factores de produção, o programa de assistência MCA irá considerar os seguintes obstáculos que condicionam a economia rural:
- Insuficiente disponibilidade de água
 - Ineficácia no uso da água e do solo
 - Falta de infra-estruturas adequadas (estradas de acesso, electricidade)
 - Falta de oportunidades para desenvolver actividades geradoras de rendimentos
 - Fraqueza do sistema de apoio (finanças, tecnologia, reforço do poder social)
11. A segunda componente do programa, competitividade económica, tem por objectivo fundamental tornar o sector privado pujante e líder da actividade económica e as companhias cabo-verdianas globalmente competitivas. As primeiras actividades são a construção de uma força de trabalho especializada para atender as necessidades futura da economia, melhorar as infra-estruturas, reduzir os custos dos factores de produção, facilitar o desenvolvimento do “enterprenership” e fornecer serviços de apoio às empresas. Complementarmente, esta componente é direccionada à criação de nichos de produção e promoção de exportações como parte de uma economia vocacionada para exportação.
12. Para aumentar a competitividade da economia de cabo-verdiana, os seguintes constrangimentos serão alvos do programa de assistência MCA:
- Uma força de trabalho inexperiente e insuficientemente treinada (embora bem educada)
 - Um sistema de apoio ao desenvolvimento do sector privado débil (o alto custo do crédito, o investimento e a promoção da exportação limitados e a falta de crédito comercial)
 - Infra-estruturas inadequadas
 - Elevado custo dos factores de produção (energia, agua)
 - Insuficientes investimentos em sectores-chave
 - Fragilidade da base produtiva económica
13. Os recursos do programa de assistência do MCA irão complementar os programas já existentes tais como o Projecto de Crescimento e Competitividade e os projectos de Luta Contra a Pobreza. A concentração do programa de assistência do MCA, visando a expansão da economia rural e o aumento da concorrência, justifica-se pela

necessidade de alcançar altos níveis de crescimento sustentado, criar empregos, reduzir a pobreza, melhorar a distribuição dos rendimentos e elevar a qualidade de vida. Ademais, a assistência do MCA poderá ajudar Cabo Verde a lançar as bases para o seu relançamento económico e desenvolvimento sustentado que ajudarão a reduzir a sua dependência da ajuda externa e outras formas de assistência.

14. A implementação bem sucedida, como se espera, do programa de assistência do MCA, em conjunto com outros projectos e as reformas nacionais, ajudará a aumentar os índices de crescimento económico actuais de cerca de 5 por cento para entre 8 a 10 por cento, a médio prazo. Também facilitará a redução da pobreza em cerca de 10 por cento a médio prazo e cerca de 50 por cento dentro de uma década aproximadamente. Espera-se, igualmente, que a taxa de desemprego baixe para metade dentro de cinco a dez anos. Por exemplo, se as actividades de conservação da água e do solo com as associações rurais sob a componente expansão da economia rural forem globalmente financiados, irão gerar mais de 6.000 empregos anualmente. Isto tem uma repercussão enorme num país com população inferior a meio milhão.
15. O governo está determinado em acelerar as reformas de políticas para assegurar o sucesso do programa de assistência MCA. A habilidade do governo na implementação da sua ambiciosa agenda de reformas fará a grande diferença na garantia do sucesso do programa de assistência do MCA, bem como na realização de uma visão nacional de transformação económica mais abrangente. Ao reconhecer este facto, o Governo de Cabo Verde solicitou apoio aos seus parceiros de desenvolvimento e já iniciou uma parte significativa do processo da reforma.
16. Garantir uma coordenação adequada, monitorização e avaliação, será crucial para um programa delineado a ser implementado por vários parceiros, incluindo o governo, o sector privado e associações da sociedade civil. Por esta razão uma equipa estratégica, a ser criado junto do Gabinete do Primeiro Ministro, deverá gerir o dia-a-dia da implementação do programa de assistência do MCA, sob a liderança do Primeiro Ministro. A supervisão e controle será assegurada por um Comité de Pilotagem que será criado especialmente pelo programa do MCA e que incluirá o governo, o sector privado e Organizações Não Governamentais. Uma Comissão de Parceiros também supervisionará e controlará a implementação do programa. O Ministério das Finanças assegurará o controle financeiro, enquanto que o controle e a revisão serão assegurados pela Comissão de Parceiros. Haverá uma avaliação e auditoria financeira independente anual dos resultados da implementação do programa.
17. Apesar dos riscos inerentes, acreditamos que o programa de assistência do MCA terá sucesso em Cabo Verde. Isto porque o governo e os parceiros nacionais estão comprometidos na realização das reformas necessárias, assim como dos objectivos do programa do MCA. Para além de se precaver dos riscos, o próprio formato do programa coloca uma grande ênfase na sustentabilidade financeira e na mobilização de fundos adicionais, tendo como garantias os fundos do MCA. Mais importante ainda constitui o facto da maioria dos projectos a serem financiados pelo programa virem complementar programas e actividades já em curso. Em muitos casos, o

programa de assistência do MCA será usado para ampliar e intensificar programas bem sucedidos que já estão a contribuir para o crescimento económico e para a redução da pobreza através da criação de empregos, aumento da produtividade, dos factores e dos rendimentos e da expansão das oportunidades económicas nas áreas rurais.

Figura 1



Melhoria da Qualidade de Vida através do Crescimento Económico

Proposta de Cabo Verde para a assistência do MCA

1. *Desafios -chave, Estratégias e Política de Reformas*

18. Cabo Verde, um arquipélago com cerca de 450 quilómetros na costa ocidental de África, desde a sua independência de Portugal em 1975, embarcou num programa de desenvolvimento nacional no obstante dificuldades estruturais maiores. A ideia de construir uma nação independente era uma tarefa impossível para muitos, devido aos desafios postos pelo próprio ambiente. Todavia, hoje Cabo Verde é um exemplo com a sua realização económica consistentemente boa, de uma democracia multi-partidária com eleições livres e regulares, liberdade de imprensa, alto nível de alfabetização, uma sociedade civil vibrante, e uma estabilidade constante desde a sua independência. Cabo Verde possui uma estabilidade macro-económica, baixo índice de inflação e um declínio de défices fiscais. Ademais, os indicadores são muito impressionantes quando comparados com os países vizinhos: a esperança de vida é cerca de 70 anos e as inscrições no ensino primário e secundário são quase de 100 e 70 por cento, respectivamente.
19. Cabo Verde fez um progresso notável desde a sua independência. O seu nível de crescimento económico pode-se comparar bem com a média regional na África Ocidental (Tabela 1). As reformas económicas, cujo foco é a criação de uma economia dirigida pelo sector privado, produziram uma das economias mais estáveis e bem sucedidas em África, com um índice médio de crescimento do PNB de cerca de 5 a 6 por cento nos anos 90. O rendimento per capita em Cabo Verde de 1.400 dólares americanos é um dos mais elevados em África, com um índice de crescimento real de 2.4 por cento em 2002, 2.9 por cento em 2001 e uma média de 3.7 por cento nos anos 90. A magnitude desta realização pode ver-se quando comparado o rendimento per capita em 2003 com o de 1975, que era somente de 200 dólares americanos. Numa base cumulativa, Cabo Verde beneficiou de um aumento no seu rendimento per capita sete vezes maior.

Quadro 1

Percentuais Comparativos do Crescimento do PNB

| Países/Regiões | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 |
|------------------|------|------|-------|------|------|-------|-------|------|
| África Ocidental | 4.10 | 5.97 | 10.79 | 4.54 | 5.29 | 4.21 | 6.01 | 3.36 |
| Benin | 4.60 | 5.55 | 6.15 | 4.54 | 4.70 | 5.76 | 5.02 | 6.01 |
| Cabo Verde | 7.50 | 4.00 | 5.40 | 7.40 | 8.60 | 6.60 | 3.80 | 4.60 |
| Ghana | 4.11 | 4.60 | 4.20 | 4.70 | 4.41 | 3.70 | 4.20 | 4.50 |
| Mali | 6.21 | 3.22 | 6.76 | 6.03 | 6.73 | -3.35 | 13.29 | 4.37 |
| Senegal | 5.17 | 5.14 | 5.04 | 5.74 | 5.00 | 5.58 | 5.57 | 1.10 |

1.1 Desafios e limitações do desenvolvimento

20. Apesar dos empreendimentos nas frentes política, social e económica, a economia Cabo-verdiana, relativamente pequena, tem um número de fraquezas estruturais que afectam o seu crescimento e a sua realização. Como muitas outras pequenas ilhas-estados, Cabo Verde é um país altamente vulnerável. A vulnerabilidade é exacerbada pelas suas condições climáticas muito pobres, com menos de 10 por cento do seu solo adequado para o cultivo. A precipitação é escassa e muito irregular, com uma média de 200 mm por ano e a água continua sendo um recurso escasso¹. A geografia montanhosa de Cabo Verde aumenta e acelera o escoamento da água durante a estação das chuvas. Como resultado, apenas 13 por cento da precipitação é absorvida pelo solo. A baixa pluviosidade é um desafio e foi a causa de períodos de fome no arquipélago até aos anos 60. A vegetação é escassa devido à baixa humidade e à erosão causada pelas chuvas torrenciais, agravada pelo fenómeno da desertificação.
21. O país, com parcas condições para a agricultura, importa a maior parte dos seus produtos alimentares, uma vez que a produção local responde apenas a 20 por cento das suas necessidades nacionais. As consequências são défices muito altos nas contas correntes (Figura 2), ano após ano, e uma dependência significativa da ajuda externa, já que a capacidade de exportação não está ainda desenvolvida. Grosso modo, todas as exportações de Cabo Verde são dirigidas praticamente a um único mercado. Em 2003, por exemplo, Portugal respondeu por cerca de 90 por cento das exportações cabo-verdianas. O resultado é que uma mínima pressão económica em Portugal se torna um problema para Cabo Verde.
22. Ademais, um factor topográfico chave do arquipélago de Cabo Verde é a sua descontinuidade territorial. A sua população, de menos de meio milhão, está espalhada por nove ilhas. A descontinuidade geográfica inibe o desenvolvimento de um mercado comum nacional, aumenta o custo da produção, especialmente o transporte, e reduz a mobilidade dos recursos das ilhas mais ricas para as mais rurais e pobres.
23. As novas tecnologias, pese embora novas oportunidades que criam, também contribuem para erodir o que Cabo Verde tem: a sua vantagem comparativa geográfica. Isto é particularmente importante para o sector dos transportes onde, durante séculos, Cabo Verde serviu como ponto de escala para a aviação e transbordo transatlântico. Os benefícios económicos associados a isto estão sob ameaça, uma vez que com o desenvolvimento das tecnologias de transportes reduz a necessidade de escalas, tanto para serviços, como para o reabastecimento. O efeito líquido desse desenvolvimento é, com certeza, fazer o futuro de Cabo Verde um desafio cada vez maior e altamente inseguro.

¹ As médias anuais das precipitações nas várias ilhas de Cabo Verde, em mm, são de 320 (Santiago), 450 (Fogo), 350 (Brava), 100 (Maio), 75 (Boa Vista), 75 (Sal), 350 (S. Antão), 150 (S. Nicolau) e 75 (S. Vicente).

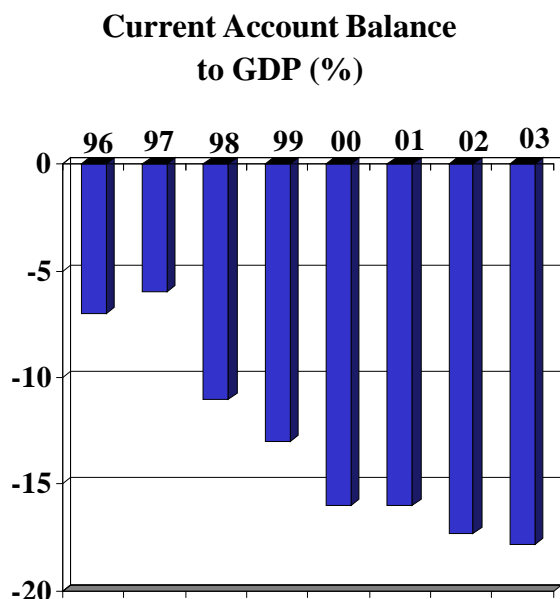


Figure 2

24. A importância e a necessidade de uma boa infra-estrutura (estradas, portos eficientes, transporte melhorado entre ilhas) em Cabo Verde, foi dada a conhecer sucintamente pela equipa do Banco Mundial que visitou Cabo Verde, em Março de 2004, para rever os projectos financiados pelo Banco Mundial, como se pode verificar nesse extracto do relatório²:

Esforços substanciais têm sido feitos para melhorar a produção de uma irrigação escassa, gota a gota, bem como de outros métodos. E, de facto, estes esforços tiveram o seu proveito e a produção de alguns destes produtos aumentaram substancialmente. Por exemplo : Mosteiro deve trazer os seus produtos ao porto de S. Filipe o que por si, não deveria constituir problema apenas distante 1 hora e meia. Contudo, a estrada que liga as duas cidades está numa condição precária em várias secções, o porto é ineficiente e o transporte irregular (um horário para uma terça -feira pode significar sexta -feira). Ademais, há poucas facilidades frigoríficas para armazenamento. Como consequência, os produtos podem permanecer por vários dias acabando por apodrecer devido ao calor intenso .

25. O transporte e as infra-estruturas inadequadas constituem os problemas-chave. As rotas marítimas e as linhas aéreas não são suficientemente seguras para garantir o movimento eficiente de mercadorias e pessoas entre as ilhas e para os mercados de exportação. Actividades económicas como o turismo, os produtos manufacturados e agrícolas são severamente afectadas pela inadequação das estradas e portos de embarcações. Os turistas, por exemplo, são incapazes de se movimentarem entre as

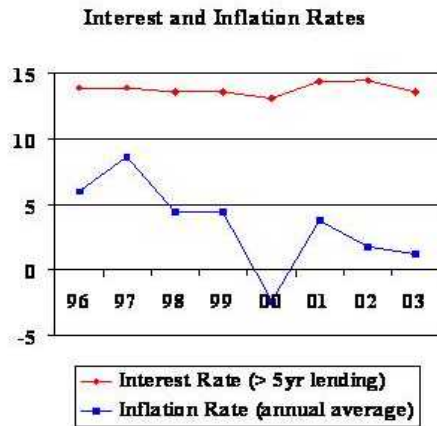
² March 2004 Supervision Aide Memoir for Growth and Competitiveness Project and the Privatization and Regulatory Capacity Building Project, World Bank.

ilhas, dentro de um período de tempo razoável e eficiente. Estes desafios, particularmente no sector dos transportes, motivaram o governo a expandir a base económica, atraindo as companhias de navegação internacionais a investir em Cabo Verde e envolvendo o sector privado nas carreiras aéreas nacionais (TACV), através da privatização.

26. Enquanto que os padrões nas telecomunicações são elevados, os do acesso à água e electricidade permanecem relativamente baixos. Ademais, o preço desses factores de produção é elevado e tem um impacto negativo na viabilidade e no rendimento dos negócios. Os transportes têm de ser mais regulares e eficientes. Além do mais, os custos da energia e água são demasiado elevados. Por exemplo, Cabo Verde é altamente dependente de recursos energéticos externos. Em 2003, a energia eólica contribuiu apenas com 2.7 por cento do total de electricidade produzida. O resultado é quase uma dependência exclusiva nos produtos petrolíferos para a produção de electricidade. Com a pluviosidade limitada, as necessidades ligadas à água são superadas através da dessalinização, o que implica mais consumo de energia.
27. Em acréscimo, apesar dos níveis altos de escolaridade (ao nível primário e secundário), a base das habilidades do país é baixa, especialmente nas ciências e tecnologias e também em outras áreas, pelo que é necessário altas capacidades para criar indústrias competitivas, num mundo crescente, globalizado e complexo.
28. O ambiente ecológico desafiante acelerou a emigração dos cabo-verdianos de várias gerações. Também o desafio para acabar com a pobreza é uma tarefa gigantesca. De facto, apesar do crescimento económico consistente desde a independência, a pobreza não declinou significativamente. O índice de pobreza é estimado em cerca de 40.8 por cento e 21.4 por cento nas zonas rurais e urbanas, respectivamente. De igual modo a nação está a enfrentar um problema sério de desemprego, apesar do crescimento do PNB. O nível de desemprego atingiu os 30.5 por cento em 1997, antes de declinar para 17.3 por cento no ano 2000. O desemprego é particularmente maior entre jovens nas áreas urbanas.
29. Sucessivos Governos de Cabo Verde, desde o início dos anos 90, vem desenvolvendo reformas e estratégias económicas baseadas no sector privado, que tem como ponto central o crescimento e a diversificação da economia. O resultado tem sido o de um amplo programa de privatização que inclui um grande número de empresas estatais. Entre os sectores em que empresas de estado foram privatizadas se encontram os dos transportes, serviços financeiros, telecomunicações, electricidade e pesca. Estamos no processo de privatização de outras companhias públicas como a transportadora aérea e a gestão dos portos.
30. Contudo, o sucesso na venda de empresas estatais não tem aumentado necessariamente a competição e a qualidade de serviços. Monopólios estatais foram transformados em monopólios privados devido, em parte, à fraca capacidade reguladora. Como se pode constatar numa revisão dos resultados da privatização em Cabo Verde, feita pelo Fundo Monetário Internacional, que diz “Contudo, nos sectores-chave os resultados não têm sido bem sucedidos como se esperava e as empresas dominantes têm vindo a constituir impedimentos ao lançamento da economia.”
31. Um exemplo é o dos serviços financeiros em que o sistema bancário é efectivamente de dois pólos. Dos dois bancos estatais vendidos a bancos estrangeiros nos anos 90, um controla

cerca de 70 por cento do mercado enquanto o outro controla os restantes 30 por cento. Os resultados são um comportamento sem concorrência, altos custos no sector bancário, e as condições de empréstimos pouco atraentes. Por esta razão o custo do crédito em Cabo Verde é alto e, conseqüentemente, dificulta às companhias de fazer empréstimos e investir (Figura 3).

Figura 3



32. A falta de concorrência no sector de serviços, especialmente nos sectores-chave como os das telecomunicações, negócios bancários e electricidade, tem criado problemas para o lançamento da economia. Para além destes desafios, há os problemas económicos estruturais de Cabo Verde. O mercado nacional limitado, a base económica estreita e a infra-estrutura inadequada fazem da criação de um sector privado globalmente competitivo uma tarefa gigante.
33. Apesar destas limitações e, graças as boas políticas de gestão postas em prática, dois factores chaves têm determinado hoje a história do sucesso de Cabo Verde – a assistência externa e as remessa dos emigrantes cabo-verdianas –. Contudo, manter-se-á este sucesso ou será ele viável a longo prazo, continuando com estes mesmos ingredientes? Esta é uma pergunta crítica, dado ao ambiente global em evolução, à pobreza persistente, apesar dos altos níveis de crescimento económico, e também ao facto de que esses dois ingredientes cruciais para o sucesso de Cabo Verde- remessas e donativos - não estão sob o controle do governo ou da nação. Por exemplo, as remessas, habitualmente em forma de depósitos a prazo, podem ser sensíveis às taxas de juros. Uma baixa do Euro ou um aumento nas taxas de juros no exterior pode ter um impacto negativo e significativo nas remessas. Adicionalmente, como Cabo Verde começa a ser visto como uma nação relativamente rica, quando comparada às nações vizinhas, com um rendimento per capita maior, os donativos e a assistência podem começar a baixar substancialmente. É por esta razão que o governo e o povo de Cabo Verde estão determinados a construir e expandir a base económica, aumentando a produtividade e aprofundando as políticas de reformas para assegurar a competitividade global e a transformação da economia a longo prazo.

1.2 Estratégia: Assegurar o desenvolvimento e a transformação a longo prazo

34. Remessas de emigrantes e assistência externa têm sido dois factores cruciais no desenvolvimento de Cabo Verde. Contar com a continuação destes dois factores como recursos para o desenvolvimento futuro seria uma grande falta de visão. Cabo Verde deve encontrar novas bases mais viáveis para a transformação nacional a longo prazo.
35. A consciência de que o modelo de desenvolvimento ou a política do “negócio como de costume” pode não ser apropriado para o futuro, levou o governo no ano 2003 a embarcar numa série de reflexões nacionais estratégicas e no diálogo sobre a transformação do país. Os objectivos dos esforços visando a transformação são: alcançar um alto desenvolvimento económico; reduzir a pobreza num futuro próximo; e criar uma economia crescente, auto-sustentada e com uma base produtiva alargada.
36. O desejo de auto-suficiência, crescimento e estabilidade a longo prazo inspiraram estes exercícios estratégicos, que envolveram a colaboração entre o governo, o sector privado e a sociedade civil. Estes exercícios incluíram a formulação das “Grandes Opções” para delinear opções futuras do país e uma visão nacional comum. A formulação das “Grandes Opções” envolveu cerca de duzentos especialistas cabo-verdianos (dentro e fora do país), o sector privado e a sociedade civil. O documento sobre as “Grandes Opções” foi debatido e aprovado pelo parlamento no início do ano 2002 e tornou-se a base do plano de desenvolvimento (2002-2005). As “Grandes Opções”, que guia o plano de desenvolvimento, estabeleceu a promoção de uma boa administração, o desenvolvimento dirigido pelo sector privado, a ampliação da base produtiva, a formação dos recursos humanos e capacidades nacionais, e o desenvolvimento de infra-estruturas como sendo as prioridades nacionais e a base da gestão do desenvolvimento nacional.
37. As “Grandes Opções” e o plano de desenvolvimento nacional, 2002-2005, foram seguidos por uma série de retiros dos membros do Governo que se concentraram no processo de aprendizagem colectiva, no processo de formulação de decisões e na formulação da estratégia de crescimento e transformação. Os elementos-chave da estratégia de transformação focalizaram-se na criação da vantagem competitiva, explorando as vantagens naturais de Cabo Verde: a sua localização, o mar e o espaço aéreo, usando as indústrias têxteis e o turismo como elemento de conexão a curto prazo. A estratégia de transformação, se for bem sucedida, clama por uma infra-estrutura adequado, um transporte marítimo e aéreo eficiente. A estratégia visa o desenvolvimento de vários centros industriais à volta da região marítima, incluindo o processamento e o marketing de recursos marinhos para exportação na sub-região, bem como fazer de Cabo Verde um porto de transito e transbordo na nossa sub-região.
38. A estratégia propõe que Cabo Verde desenvolva, com base na sua localização, uma vantagem competitiva no transporte aéreo de carga e de passageiros, duty-free shopping e controle do tráfico aéreo. A classificação de Cabo Verde a Categoria I pela ICAO e a US Federal Aviation Authority (FAA) em 2003 foi o primeiro passo importante para concretização dos objectivos de fazer de Cabo Verde um centro regional para o transporte aéreo.

39. No sector marítimo foi lançado um estudo de viabilidade com financiamento do United States Trade Development Agency (USTDA), para a concretização do plano de Cabo Verde em tornar-se num centro de reexportação na região. O Governo está também em discussão com o Departamento dos Transportes dos EUA para apoiar na segurança portuária e marítima, aumentar a eficiência dos portos, e assegurar que os portos de Cabo Verde se equipem da melhor maneira, em conformidade com os critérios internacionais. Num mundo dominado por ataques terroristas, a segurança é hoje um factor determinante para escolha dos destinos de investimentos.
40. A estratégia de transformação também propõe o desenvolvimento de uma indústria de serviços off shore para dar apoio aos programas acima mencionados e para dar suporte a serviços como as finanças, investimento e seguros destinados, sobretudo, aos mercados lusófonos e africanos. A estratégia de transformação salienta a necessidade de se enfrentar desafios de curto e médio prazos tais como: o desemprego, o turismo ecológico e o turismo orientado para a família, particularmente nas ilhas pequenas. Esta é uma estratégia que visa envolver mais as comunidades nas actividades económicas e para aumentar o rendimento dos que vivem nas zonas rurais.
41. A ênfase nas indústrias de média escala (vestuário e têxtil) focalizou-se na exploração de oportunidades apresentadas pelos mercados da Europa e América do Norte, através da Convenção de Lomé e os acordos que lhe sucederam e o United States' African Growth and Opportunity Act (AGOA).
42. Os avanços da tecnologia, particularmente a tecnologia de informação, podem ser uma vantagem para Cabo Verde. As inovações nas tecnologias de informações e comunicações permitirão a Cabo Verde tirar vantagens, visto que muitas companhias internacionais vêm procurando vários serviços off shore. Tirar vantagem dessas novas tecnologias é o principal desígnio do desenvolvimento da recente estratégia de transformação nacional.
43. O fórum nacional, realizado em 2003 e no qual participaram todos os partidos políticos, organizações do sector privado, sociedade civil e organizações comunitárias de base, foi debatido a visão e as estratégias de transformação. O "Fórum Nacional" permitiu a todos os grupos alvos de examinar o modelo de transformação proposto e as estratégias de crescimento, construir o consenso sobre os motores de crescimento que poderão vir a ser a base da transformação de Cabo Verde, compartilhada por todos. Para além disto, o "Fórum Nacional" propiciou a oportunidade de definir colectivamente as responsabilidades para cada sector, especialmente, as do governo, as do sector privado e comunicar a visão do futuro e engajar, desde já, toda a população.
44. A estratégia de transformação agora fornece uma agenda para o desenvolvimento nacional. Ela também oferece guias ao governo sobre as políticas e reformas a empreender, bem assim ao sector privado e aos parceiros de desenvolvimento. Ela ainda expressa o engajamento de todos os actores do desenvolvimento aos princípios de uma gestão participativa do desenvolvimento. Queremos acreditar que esse

engajamento a boa governação e gestão e a condição essencial para atingirmos um crescimento e desenvolvimento sustentado.

1.2.1 Lutando contra a pobreza através de um crescimento económico sustentável

45. O aprofundamento da pobreza num ambiente de rápido crescimento económico não é único a Cabo Verde e tem sido um desafio que o governo, com o apoio dos seus parceiros de desenvolvimento, tem tentado solucionar, já há algum tempo. O governo cabo-verdiano está dedicado a acabar com a pobreza através de um crescimento económico sustentado.
46. Seguindo o exercício das “Grandes Opções”, o governo preparou um documento interino de estratégia de redução da pobreza, no qual foram feitos estudos para identificar a causa, a natureza e a localização da mesma em Cabo Verde. Presentemente, com o apoio do Banco Mundial está sendo desenvolvida uma estratégia para aliviar a pobreza. A versão final foi publicada em 2004. A formulação dessa estratégia sobre a pobreza tem sido igualmente altamente participativa. O seu exercício iniciou em 2003 e envolveu a recolha de dados informativos, provenientes de várias ilhas, entidades privadas e civis, bem assim dos diferentes parceiros de desenvolvimento. Além disso, a estratégia nacional para o desenvolvimento rural (Estratégia Para O Desenvolvimento Rural Horizonte 2005) foi publicada recentemente e o governo já está no processo da sua implementação.

1.3 Política de Reformas

47. O governo também está dedicado e engajado na política de reformas fundamentais para proporcionar um ambiente adequado que permita um crescimento económico sustentado. Na agenda dessa política está como prioridade a necessidade de assegurar o desenvolvimento e a competitividade do sector privado. Nesta frente, estão em curso dois projectos: 1) Projecto de Privatização e da Criação da Capacidade Reguladora e 2) Projecto de Crescimento e Competitividade que foram concebidos para melhorar o ambiente económico e de regulação, cruciais ao desenvolvimento do sector privado.
48. O governo também se comprometeu em assegurar um sistema financeiro funcional e uma estrutura macro-económico saudável que são essenciais para o crescimento e desenvolvimento económico. A política em que o governo embarcou visa criar um sistema financeiro que pode desempenhar um papel crucial na mobilização de sinergias, colocando-as apropriadamente num uso produtivo e eficaz, proporcionar um mecanismo de pagamento das necessidades e serviços e permitir ainda uma política monetária de flexível implementação. O governo também está activamente a promover a descentralização, reforçando e dando poderes aos municípios bem como às associações da sociedade civil.
49. A economia está crescendo anualmente a uma média de 5 por cento, com um baixo índice da inflação. O desafio que este facto coloca ao sistema financeiro e aos bancos comerciais, em particular, é como conceder eficientemente os recursos e a um preço que conduz a promoção do crescimento e do desenvolvimento económico. O governo cabo-verdiano está empenhado em concretizar estes objectivos da seguinte forma: a) melhorando a intermediação financeira através do fortalecimento das instituições

financeiras (bancárias e não bancárias) e desenvolvimento de novos instrumentos; b) tornando o sector privado mais competitivo; c) mantendo políticas fiscais mais saudáveis.³

50. O que liga todas estas acções é a crença por parte do governo cabo-verdiano de que, para se enfrentar o problema da pobreza em Cabo Verde, requerer-se-á reformas profundas que proporcionem adequado ambiente para índices viáveis de crescimento económico e para implementação de programas específicos que visem melhorar e expandir a capacidade produtiva dos pobres.

2. *Utilizando a assistência do MCA para alcançar altos índices de desenvolvimento económico visando a melhoria da qualidade de vida*

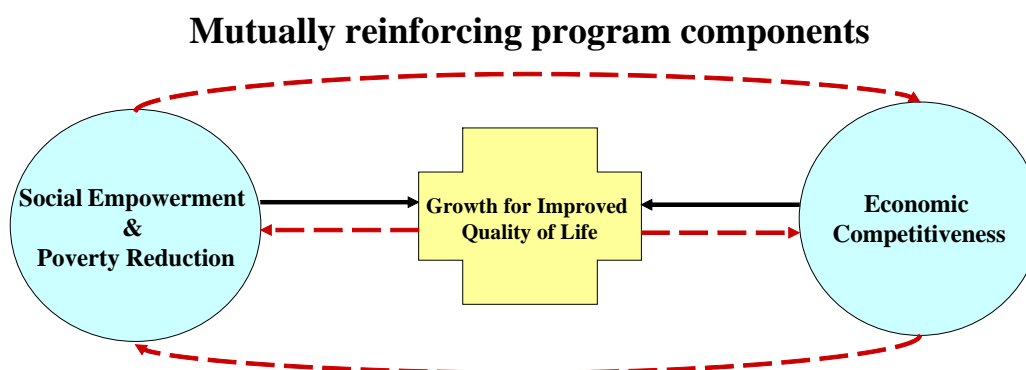
51. Para Cabo Verde, o MCA não podia ter chegado num momento mais oportuno. É uma grande oportunidade que o governo, o sector privado e a sociedade civil gostariam de tirar vantagem para dar corpo a sua estratégia de transformação e ao processo da reforma de políticas. Conforme acordado durante o diálogo extensivo e as consultas que se realizaram na preparação da proposta para o MCA, a assistência a receber será utilizada para enfrentar os constrangimentos ao desenvolvimento económico e para promover os mais pobre a engajarem em actividades produtivas. Isto é crucial porque se Cabo Verde não lidar com os factores que impedem a competitividade nacional e a habilidade de aumentar a produtividade de todos os seus cidadãos, bem como os seus rendimentos, não será capaz de ultrapassar os seus problemas e alcançar um novo patamar de desenvolvimento. O MCA representa uma oportunidade para que a Nação realize a sua visão colectiva de transformação nacional.

52. É por isso que todas as partes envolvidas no desenvolvimento de Cabo Verde concordarem em concentrar a assistência do MCA na concretização dos dois objectivos fundamentais: lidar com os constrangimentos chave que dificultam a competitividade económica, o que facilitará as oportunidades de crescimento e expansão económica, ao mesmo tempo dando mais poder ao pobre que, por sua vez, irá aumentar os seus níveis de produtividade e rendimento. Estes objectivos constituem a base para as duas componentes da proposta ao MCA: (a) Competitividade Económica e (b) Empoderamento Social e Redução da Pobreza

53. As duas componentes são interligadas e se complementam mutuamente (Figura 4) O objectivo é de criar o círculo virtuoso no qual o reforço do poder social e a expansão económica vão conjuntamente permitir o “take off” da economia e a redução da pobreza. O resultado será uma alta taxa de crescimento, rendimentos mais altos e melhoria da qualidade de vida para todos os cabo-verdianos, o que permitirá a Cabo Verde reduzir de maneira significativa, no prazo de uma geração, a sua dependência em relação a assistência externa.

³ Essas reformas de políticas, abraçadas pelo governo para criar um ambiente que favoreça índices de crescimento económico viáveis e alívio da pobreza serão discutidos adiante na secção 4c.

Figure 4



2.1 Áreas prioritárias propostas

54. Como referido acima, o programa proposto se concentra no Desenvolvimento para a Melhoria da Qualidade de Vida que abrange duas áreas prioritárias importantes: a) a Competitividade Económica e b) o Empoderamento Social e a Redução da Pobreza. Facilitar o crescimento económico rápido, aumentar a competitividade, o empoderamento social e a reduzir a pobreza, são factores necessários, se Cabo Verde quiser alcançar o seu objectivo de transformação nacional. O programa proposto em conjunto com outros esforços e estratégias governamentais em curso, visa elevar a percentagem de crescimento de Cabo Verde de 5 por cento para um nível mais alto e estável de cerca de 7 a 10 por cento por ano. As áreas críticas consideradas pelo programa de assistência do MCA proposto são apresentadas como a seguir se indica.

2.1.1 Competitividade económica

55. O objectivo principal da componente do crescimento e competitividade económicos é ajudar a criar a base para uma economia altamente competitiva e estável que permite reduzir o desemprego. Adicionalmente, o programa ajudará a:

- Construir uma economia dirigida pelo sector privado
- Melhorar a competitividade das empresas cabo-verdianas nos mercados internacionais
- Aumentar a base de produção da economia e atrair investimentos
- Criar a força laboral especializada, necessária para a transformação económica
- Criar uma nova classe de empresários capaz de competir nos mercados internacionais

56. Por isso, a componente se concentra na capacitação dos recursos humanos, desenvolvimento do sector privado, promoção da exportação, desenvolvimento do sector turístico e criação de infra-estruturas, com ênfase específica na redução de custos dos factores de produção, mormente, no sector da energia, melhorando a segurança e gestão dos portos, e estabelecendo um fundo de investimento privado para o desenvolvimento e melhoria da infra-estrutura económica. Esta componente do programa que se tenciona melhorar a competitividade económica, irá complementar outros programas

governamentais em curso que visam a redução de barreiras administrativas, a implementação da reforma de impostos, o estabelecimento de um quadro de regulação da actividade económica e o melhoramento da eficiência do governo no fornecimento de serviços. Para este fim, o projecto lidará com as limitações-chave e os constrangimentos implícitos da transformação económica de Cabo Verde como: o alto custo do crédito e a falta de capacidade e especialização técnica dentro do sector privado, o que impedem a transformação rápida da economia cabo-verdiana. Aliado a outros compromissos governamentais, o programa da concorrência económica deverá causar um forte impacto visando acelerar o desenvolvimento e a transformação económica em causa.

Desenvolvimento do Capital Humano

57. Um aspecto importante desta componente é a formação do capital humano, com ênfase na educação superior. Para assegurar que as falhas técnicas sejam preenchidas a fim de possibilitar o desenvolvimento económico, a educação pós-secundária será reforçada. O objectivo a longo prazo é criar uma universidade em Cabo Verde segundo o modelo dos sistemas universitários estaduais dos Estados Unidos, através da actualização e ligação de institutos superiores de ensino existentes no país para formar uma universidade com três Faculdades/ramos semi-especializados. Porém, o governo, em consulta com os outros destinatários, decidiu começar pelo desenvolvimento de três colégios comunitários a curto prazo – um sistema universitário de dois anos – que proporcionará uma educação técnica avançada, que irá preencher a falta de especialização actual na economia e a necessidade de especializações, esperadas no futuro como um resultado do próprio processo de transformação.
58. Por conseguinte, esta componente será usada para fortalecer duas instituições de educação superior, ampliando o seu currículo, o que resultaria num aumento do número de ingresso na universidade. Depois dos dois primeiros anos, os alunos terão a opção de entrar no mercado de trabalho após a sua graduação ou continuar os seus estudos de pós-graduação por mais dois anos. De momento, as duas escolas existentes estão para ser transformadas, enquanto será lançada uma terceira. A primeira, o Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR) será transformada em Escola de Ciências e Engenharia, enquanto o Instituto Nacional de Administração e Gestão (INAG), que desenvolve programas de execução e formação de curta duração na área de administração pública, passará a ser a Escola de Administração Pública e Economia. A terceira escola, a Escola de Gestão e Informática, terá o seu foco no provimento de uma educação na área de negócios e tecnologia informática. Estas escolas constituirão mais tarde as três faculdades de uma universidade nacional, a Universidade de Cabo Verde.
59. Estas escolas serão flexíveis, facilitarão a transferência de conhecimentos e serão a base para construir um sistema de educação superior que produza uma força de trabalho especializada, numa economia em mudança, mais complexa. Assim, acrescentando-se à educação tradicional, as escolas assegurarão o treinamento aplicado que iria facilitar a criação da força laboral a médio prazo, necessária à transformação da economia. Esta componente do programa MCA será dirigida por um consórcio de escolas de Nova Inglaterra, nos Estados Unidos, Instituições cabo-verdianas e o Governo de Cabo Verde. A escolha de Nova Inglaterra é baseada nos laços históricos e culturais com Cabo Verde. A área de Nova Inglaterra nos Estados Unidos é hoje um espaço de uma grande

população cabo-verdiana e caboverdiano-americana. A ideia é facilitar a transferência de conhecimentos e criar um sistema de educação superior que possa produzir uma força de trabalho especializada para uma economia mais complexa e em mudança.

60. O objectivo de Governo em criar a Universidade de Cabo Verde baseia-se em dois aspectos fundamentais: a necessidade de responder a procura por partes dos cabo-verdianas e a necessidade de colmatar as exigências da futura economia. Prevê-se que o número de estudantes que terminam o ensino secundário aumente consideravelmente num futuro imediato. Actualmente, a maioria de estudantes que pretendem continuar a educação superior terão de deslocar ao exterior, custando o governo e as famílias individuais recursos substanciais cada ano. Em 2004, o orçamento do governo para pagar as bolsas de estudo dos estudantes cabo-verdianas em Universidades estrangeiras e de quase \$ US 6 milhões. Esta situação não é sustentável a longo prazo, dado, por um lado, ao elevado custo com a formação superior na Europa e América do Norte e, por outro, a previsão de um elevado número de estudantes que graduarão com o nível secundário de ensino. O Governo pretende investir parte do seu orçamento destinado a educação superior em construir, localmente, o seu sistema de educação superior. A fim garantir a sustentabilidade do projecto, os utentes deverão pagar uma propina. Organizando o sistema, com escola que abrange três faculdades/ramos poderá significar economias substanciais nos custos administrativos e menos duplicação. Todavia, a contribuição do sistema de “community college”/universidade na economia poderá, a longo prazo, contrabalançar os custos.

61. Adicionando a esta actividade central, a criação de um sistema colegial comunitário com três escolas, outras actividades que vão ser implementadas para facilitar o desenvolvimento de uma força laboral especializada incluirão:

- Bolsas de estudos e programas de intercâmbio para alunos graduados, para continuarem os seus estudos durante 2 anos nas universidades do consórcio nos Estados Unidos

- Formação empresarial intensivo de 6 a 9 meses destinado à juventude com uma

Educação básica e conhecimentos especializados. Esta actividade visará criar serviços

incubadores para o suporte dos negócios e de desenvolvimento económico para jovens, com

o objectivo de criar um novo tipo de empresários que possam competir no mercado global.

- Reforço dos institutos de pesquisa em Cabo Verde para se dedicarem à investigação aplicada

- Reforço da capacidade administrativa pública para dirigir e orientar programas de desenvolvimento através de programas de formação, de liderança e execução.

Desenvolvimento do Sector Privado

62. Outro aspecto da componente crescimento e competitividade é o apoio ao sector privado. O objectivo é melhorar a capacidade das empresas cabo-verdianas para poderem competir no mercado global, melhorando o seu acesso ao crédito e capital de investimento, dar apoio à exportação e promoção de investimentos e permitir ainda a criação de um ambiente adequado ao sector privado. Mais especificamente, o apoio com vista ao desenvolvimento do sector privado incluirá:

- Criação de um sistema de suporte financeiro integrado para aumentar o acesso ao crédito e investimento de capital;
- Criação de condições institucionais e serviços de apoio à companhia do sector privado, nomeadamente, através de administração de treinos e cursos de aperfeiçoamento, assessoria e apoios as associações comerciais.
- Consolidação do sector de turismo como o motor de crescimento, especialmente no desenvolvimento de novos produtos, tais como eco-turismo e turismo cultural, bem assim na identificação de novos mercados na América do Norte; América Latina e Europa.
- Apoio às instituições de promoção da exportação e investimentos, incluindo o desenvolvimento de um programa (portal) exaustivo na 'Internet' com o fito de promover os investimentos e o turismo.

63. Paralelamente, a capacitação do sector privado, o pacote proposto sobre a competitividade económica procura encorajar os novos empresários através de programas de formação no ramo dos negócios e "business incubator", bem assim o estabelecimento de um fundo que permite ao sector privado o acesso aos capitais de investimentos. Ademais, não será poupado esforços, sob o programa do MCA, em desenvolver novos produtos/serviços e identificar e conquistar novos mercados para as exportações cabo-verdianas, reforçando a capacidade das empresas cabo-verdianas de competir no mercado internacional.

Desenvolvimento da Infra -estrutura

64. Dado às necessidades de infra-estruturas em Cabo Verde, a estratégia que foi aceite por todos os grupos alvos é a de utilizar a assistência do MCA como catalizador na mobilização de recursos importantes nos mercados financeiros internacionais para construir e expandir a rede de estradas, os aeroportos e portos, necessários à concretização da visão de transformação nacional. A proposta é criar um fundo de investimento privado para financiar projectos de infra-estrutura económica, a ser orientado por um grupo privado.

65. Para além do objectivo de utilizar a assistência do MCA, em procurar fundos para grandes projectos de infra-estruturação, esta componente actualizará e melhorará a eficiência dos portos em Cabo Verde, segundo modelos internacionais. Adicionalmente, financiará um parque de energia eólica para produzir electricidade, uma fonte abundante e renovável em Cabo Verde, que irá assegurar um eficiente sistema de distribuição de energia. Actividades ligadas à infra-estrutura e à energia renovável reduzirão os custos de exploração; a dependência dos produtos petrolíferos e permitirão que Cabo Verde produza bens e serviços de uma maneira competitiva no mercado global.
66. Em resumo, a assistência do MCA complementar as actividades já em curso, no sentido de transformar o sector privado cabo-verdiano e tornar a sua economia numa economia altamente competitiva. Também a assistência do MCA será usada activamente para complementar actividades do projecto “Crescimento e Competitividade” e das recém-criadas Agências de Regulação Económica e de Investimentos, Turismo e Exportação, sobretudo, nas áreas de pescas, turismo e indústrias ligeiras. A sinergia entre estes programas e o programa de assistência do MCA deverá facilitar a criação do momentum para um desenvolvimento económico acentuado e estável.

2.1.2 Promoção do Poder Social & Redução da Pobreza

67. Uma outra vertente forte do Programa MCA de Cabo Verde é melhorar a capacidade do pobre, tornando-o dono da sua própria subsistência. Qualquer programa de alívio da pobreza a longo prazo, é crucial que o apoio se centre na sua auto-promoção, isto é, ensinar o pobre a ajudar si mesmo. Para o efeito, o programa irá centrar-se em ajudar os pobres a melhorar a sua capacidade económica e facilitar a criação de uma sociedade civil forte nas zonas rurais, visando o aumento da produtividade, ampliar oportunidades económicas, promover e providenciar acesso a novas tecnologias e financiamentos. Portanto, o sub-programa visará ajudar a:
- Criar a capacidade produtiva nas zonas rurais
 - Melhorar o acesso do pobre aos serviços básicos
 - Alargar a cobertura em serviços e infra-estruturas
 - Melhorar a qualidade do meio ambiente
68. Os estudos e estratégias sobre a pobreza e o desenvolvimento rural indicam que a via principal para erradicar a pobreza em Cabo Verde é melhorar o acesso à infra-estrutura básica, expandir as oportunidades económicas e melhorar a capacidade do pobre de modo a que ele possa elevar os seus níveis de produtividade e rendimento. Os programas devotados a estas questões têm feito uma diferença significativa em Cabo Verde; alguns dos serviços incluem o micro-crédito, as novas tecnologias, a electricidade e a formação.
69. O objectivo desta segunda componente é assegurar ao pobre uma qualidade de vida decente e rendimentos para a subsistência. Ao centralizar-se na expansão da capacidade produtiva do pobre, o programa, não só aliviará a pobreza, como também facilitará o

crescimento económico e a sua expansão. Isto é, e mais viável a longo prazo. Esta componente do programa MCA incluirá dois projectos: a) a expansão da economia rural, e b) a infra-estruturação rural e serviços de apoio.

70. Para alcançar o objectivo de redução da pobreza, tem que ser removidos os constrangimentos que impedem à expansão da agricultura e da economia nas áreas rurais. Esta componente contribuirá para melhorar o acesso à água para o consumo e a irrigação, utilizando tecnologias apropriadas de irrigação e ampliarão as infra-estruturas básicas como p.e. no sector da electricidade e estradas, nas áreas rurais, através de parceria público-privada. Algumas das actividades a serem empreendidas incluem:

- A construção de reservatórios de captação de água
- A conservação ecológica e das bacias hidrográficas para melhorar a infiltração da água e o uso do solo
- A intensificação da produção agrícola através da expansão do programa de irrigação gota a gota onde seja economicamente viável e a ampliação da cobertura do programa de micro-crédito
- A promoção da economia rural e comercialização dos produtos (turismo rural, pesca, negócio agrário, etc.)
- Construção de vias de acesso
- Promoção e capacitação das ONG's que vem trabalhando nas e com associações rurais
- O aumento do acesso à electricidade e a água em áreas rurais.

71. A componente do Empoderamento Social e Redução da Pobreza do programa de assistência MCA atingirá a maior parte das localidades do país e será implementada através de uma rápida expansão e intensificação de vários projectos bem sucedidos já em curso. A selecção das áreas rurais, tidas como o foco de actuação, será determinada com base no princípio de desenvolvimento balanceado, a fim de se minimizar a deslocação social e limitar uma possível migração para as áreas urbanas e para as ilhas cujo ritmo de crescimento é maior.

72. A implementação desta componente envolverá numerosas associações locais e organizações rurais. Baseadas em programas já em curso, mais de cem associações rurais irão participar na implementação das actividades sob a componente da promoção do poder social e redução da pobreza. A componente, não só irá facilitar a implantação rápida da Estratégia do Desenvolvimento Rural – Horizonte 2005, como também irá assegurar que múltiplos objectivos sejam alcançados. Estes objectivos incluem o reforço da comunidade de base, a criação de empregos e actividades para aumentar a produção agrícola e económica nas áreas rurais. Para garantir o sucesso da promoção das comunidades de base e da redução da pobreza, especialmente no que se

refere aos programas de água e energia, o governo incentivará o estabelecimento de uma estrutura de tarifas razoável e de pagamento eficiente das facturas pelas entidades para-estatais. O papel da agência reguladora multi-sectorial, recentemente criada, é crucial neste sentido.

2.3 *Beneficiários futuros do programa de assistência MCA*

73. O programa proposto por Cabo Verde, se for bem sucedido, como se espera, levará Cabo Verde a realizar a sua visão de transformação da sociedade e da economia. Os últimos beneficiários do programa de assistência do MCA são o povo de Cabo Verde. Da maneira como as duas componentes estão desenhadas, diferentes grupos de pessoas beneficiarão delas e, juntas, visam melhorar as condições económicas de todos os cabo-verdianos. Contudo, espera-se que no sector privado, o pobre (na maioria mulheres e crianças) e os jovens irão beneficiar mais, uma vez que o programa irá contribuir para aumentar a sua produtividade e capacidade no sentido de virem a participar na economia moderna.
74. A componente do crescimento e competitividade económica, por exemplo, centrar-se-á no sector privado e, como tal, as firmas privadas e os empresários beneficiarão significativamente permitindo assim que o sector privado desenvolva a sua capacidade de competir no Mercado mundial.
75. O aspecto educacional desta componente beneficiará a juventude através, não só de programas de desenvolvimento empresarial para jovens empresários, como também a educação superior em Cabo Verde. O apoio aos jovens empresários fará o sector privado mais dinâmico e reduzirá o desemprego. O programa deverá também beneficiar a comunidade cabo-verdianos na Nova Inglaterra.
76. A componente que promove a comunidade de base e a redução da pobreza ajudará sobremaneira os pobres que em Cabo Verde, como em muitos outros países tendem a ser as mulheres e as crianças. Essa componente irá ainda beneficiar as pessoas com baixo rendimento e aos pequenos negócios que terão acesso ao micro-financiamento, de igual modo os camponeses, que terão acesso à técnica de irrigação gota a gota.

2.4 *Duração do programa de assistência MCA*

77. Espera-se que o programa de assistência proposto leve três anos para a sua implementação; de 2005 a 2007. Todo o financiamento será feito até ao terceiro ano e muitas das actividades estarão então concluídas. Espera-se porém, que muitos dos programas prossigam para além de 2007, incluindo o das micro-finanças, as actividades de irrigação gota a gota, que se espera tornarem-se auto-financiadas, em complemento ao fundo de investimento e infra-estrutura. A educação superior a ser implementada com o apoio do MCA tornará, igualmente, auto-sustentada.

3. *Justificação*

3.1 *Porque o MCC deve apoiar Cabo Verde?*

78. Cabo Verde está posicionado hoje para o “take off” com bons níveis de crescimento, políticas e administração. Tendo recursos adicionais para suportar este esforço, Cabo Verde pode atingir o objectivo da sua visão de transformação económica e social. Cabo Verde é um exemplo marcante do que a boa governação e gestão da ajuda para desenvolvimento pode atingir. Uma quantia significativa do MCA através do MCC poderia ajudar a mudar de direcção através do desbloqueamento sistemático dos constrangimentos aos níveis de crescimento económico, tais como a capacidade tecnológica inadequada no sector moderno dos negócios, a falta de água, e uma base económica reduzida.
79. O sucesso de Cabo Verde na gestão da ajuda externa e do desenvolvimento desde a sua independência, sugere que, tendo um apoio significativo e consistente, poderia criar uma história de sucesso africano. Cabo Verde tem provado ter a qualidade de liderança e governação, necessária para alcançar um desenvolvimento económico sólido. Contudo, o que de momento falta são os recursos nacionais para construir a infra-estrutura adequada, - estradas, electricidade, portos e instituições educacionais - que permitam a descolagem económica. Não obstante a boa gestão da ajuda internacional e, a necessidade óbvia de mais ajudas, a tendência nos últimos anos mostra-se um declínio da ajuda (Quadro 2).

Quadro 2

Public Development Assistance (annual average)

| | 1980-89 | 1990-99 | 2000-02 |
|---------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Total Assistance (million US\$) | 123.8 | 126.6 | 87.8 |

Source: OECD (2004), *Statistics on World Development*

80. Uma doação significativa do MCC para implementar o programa proposto, colocará Cabo Verde numa posição muito vantajosa, oferecendo-lhe uma intervenção bem orientada, com investimento nas infra-estruturas, no desenvolvimento do sector privado, na formação e na criação de capacidades bem assim o investimento no domínio de novas tecnologias que irão, por sua vez, estabelecer a fundação para o desenvolvimento económico. Com o programa de Cabo Verde de colocar ênfase especial na criação de capacidades, a nação será capaz de construir um leque de quadros bem formados de cidadãos capazes de liderar a ousada estratégia de transformação que foi acordada por todos os grupos alvos.
81. Por outro lado, um apoio significativo por parte do MCC ajudará Cabo Verde a colmatar as suas carências, uma vez que se prevê a sua graduação da lista dos Países Menos Avançados (PMA) em 2008. Essa graduação será um grande desafio que o país irá enfrentar, tendo em vista a perda de muitos privilégios enquanto PMA, tal como acesso ao financiamento em condições concessionais junto das instituições financeiras internacionais. Em consequência, Cabo Verde, de certeza, necessitará de

mais apoios dos Estados Unidos e outros parceiros. O programa de assistência do MCA poderá disponibilizar fundos necessários a realização de investimentos, com o fito de garantir que, após a sua graduação, Cabo Verde jamais venha, novamente, integrar esse conjunto dos PMAs.

82. Dado à evidência de uma boa gestão da ajuda para o desenvolvimento, Cabo Verde é um excelente candidato para testar as ideias do MCC e provar que os países que estão engajados no combate ao sub-desenvolvimento, fazendo-o apropriadamente, contribuirão para o relançamento económico desses países. O programa prioritário proposto por Cabo Verde enquadra-se dentro dos requisitos da assistência do MCA, e não irá requerer uma quantia enorme de investimento como acontece com outras nações que tem ainda, infelizmente, numerosos problemas. Felizmente, Cabo Verde não está afligido com alto nível de analfabetismo, corrupção, doenças endémicas, epidemia (Sida) e guerras civis, que vem bloqueando o desenvolvimento em muitos outros países em vias de desenvolvimento. Ademais, o governo está cometido à uma política de extensivas reformas, umas já em curso, e às filosofias do MCA. Cabo Verde oferece ser um bom teste para os ideais do MCA porque os recursos serão destinados essencialmente para o crescimento económico e não para enfrentar problemas básicos de desenvolvimento.
83. Mais importante ainda, o programa de assistência do MCA terá um impacto importante na vida do cabo-verdiano comum, especialmente nos camponeses, pequenos empresários, comerciantes e nas mulheres e crianças que serão os beneficiários-chave dos programas. Por exemplo, nos anos mais recentes, os resultados obtidos na agricultura demonstram um melhoramento substancial, em parte por causa dos programas de micro-crédito e irrigação gota a gota. Contudo, em certos lugares, como nos Mosteiros na Ilha do Fogo, onde os camponeses têm aumentado os seus rendimentos significativamente, se torna um desafio levar os seus produtos aos mercados regionais por causa das más estradas e do transporte inadequado entre as ilhas. Facilidades ineficientes de armazenamento e refrigeração nos portos constituem também problemas básicos. O que a assistência do MCA permitirá fazer aos camponeses e outros produtores económicos em cidades como os Mosteiros, é levar os seus produtos aos mercados de uma maneira atempada para reduzir os estragos e permitir colher os frutos do seu trabalho. Esta é uma situação de ganho-ganho para Cabo Verde, uma vez que vai aumentar os resultados económicos ; reduzir a importação de alimentos ; e o custo do consumo ; poupar as divisas ; atrair investimentos ; facilitar o crescimento económico ; e a redução da pobreza.
84. O relacionamento entre os povos de Cabo Verde e dos Estados Unidos é único em toda a África. Mesmo antes de os Estados Unidos estabelecerem um consulado na Praia em 1816, Cabo Verde podia contar com ajuda dos cidadãos e igrejas Americanas quando atormentado por secas horríveis e pela fome. A maior e a mais antiga comunidade de emigrantes cabo-verdianos se encontra nos Estados Unidos. Hoje, o nível elevado de remessas de emigrantes é o testemunho da confiança que as comunidades na diáspora têm nas instituições legais e financeiras de Cabo Verde. O Millenium Challenge Account representa uma oportunidade única para se juntar as mãos numa participação genuína e consolidar as vitórias alcançadas no país no campo do seu desenvolvimento.

85. Ademais, a historia tem demonstrado que Cabo Verde é um dos poucos casos de sucesso na gestão dos fundos postos a sua disposição. Não obstante a ausência física dos representantes dos doadores no país e a existência de um controlo pouco expressiva, os dados apontam para uma excelente qualidade de gestão da ajuda internacional, o que lhe distingue de muito outros países africanos. Tudo isto é a razão para crer que Cabo Verde está pronta para receber a assistência do MCA e demonstrar que é o país ideal para demonstrar a eficácia dos princípios básicos estabelecidos pelo MCA.

3.2 *Quais são as possibilidades de sucesso ?*

86. O programa de assistência MCA proposto, ao focar as suas prioridades no desenvolvimento económico e alívio da pobreza em Cabo Verde, é muito provável que venha a ter sucesso. Assegura-se que o foco desse programa será nessas limitações e, quando resolvidas, acelerarão a produção e a expansão rápida das actividades económicas. Este é um aspecto crucial do programa proposto; centralizar-se essencialmente na criação de capacidades e competência nas áreas rurais e urbanas visando o aumento da produção económica.

87. Dado a tradição de diálogo e colaboração entre os vários grupos-alvos, as organizações da sociedade civil, o sector privado e o governo, que delinearão em conjunto o programa de assistência do MCA, as actividades irão ser igualmente implementadas conjuntamente. Mais importante ainda constitui o facto de a esses grupos virem juntar-se várias associações rurais, comissões regionais⁴ e autoridades municipais. Esse envolvimento total irá garantir que haja um engajamento e aceitação por parte de todos os destinatários. A promoção do poder das associações comunitárias e grupos de base em Cabo Verde têm contribuído significativamente para o sucesso dos projectos de desenvolvimento rural e a rede existente participará activamente na implementação do programa de assistência da MCA.

88. Além disso, Cabo Verde provou através do registo das suas realizações, ter capacidade para implantar projectos de uma maneira eficaz. Isto é uma vantagem sobre outros países em desenvolvimento. O resultado do desenvolvimento alcançado até agora é devido, em parte, à capacidade administrativa e directiva existente dentro da nação, ao engajamento e desenvolvimento e ao facto de que a corrupção não constitui um problema que mereça menção em Cabo Verde.

89. O sucesso documentado dos programas de irrigação gota a gota em curso e o micro-crédito é um exemplo claro. Estes dois projectos demonstraram que os programas que visam o desenvolvimento rural e o alívio da pobreza podem funcionar e, certamente, promovem o desenvolvimento económico. Estes projectos têm apoiado a criação de cooperativas e associações locais, têm possibilitado o micro-crédito, e têm assistido empresas familiares e cooperativas através da adopção de sistemas de irrigação gota a gota.

4 Comissão Regional de Parceiros (CRP) criada para ajudar a desenvolver associações locais e grupos comunitários e proporcionar apoio a estes grupos na realização de projectos de desenvolvimento rural e agrícola.

90. Um dos projectos que o programa MCA irá ajudar a ampliar e intensificar é o programa do micro-crédito. O crédito para as micro-empresas em Cabo Verde continua a ser assegurado, na maior parte, pelas ONGs. A Caixa Económica de Cabo Verde é o primeiro banco comercial com um programa formal em micro financiamento. O governo e a ONG Americana ACDI/VOCA iniciaram este projecto-piloto de micro financiamento, em 1997, dentro do contexto da ajuda alimentar da USAID. No ano 2001 foi transferido para a Caixa Económica, que actualmente gere o programa.

91. Os objectivos do programa são: a) assistir os empresários que normalmente não teriam acesso a crédito, principalmente mulheres chefes de família; b) participar no desenvolvimento de actividades produtivas no sector das micro-empresas; c) contribuir para a estabilidade económica da população; e d) aumentar o número de empregos e por último reduzir a pobreza. A taxa de juro são em média de 3 por cento por mês e a duração da linha de crédito é de cerca de 8 meses. O crédito é dado a grupos de solidariedade que o solicitam ao banco e tem a duração máxima de 8 meses. O montante do crédito é aumentado gradualmente baseado na capacidade financeira dos clientes. A taxa de reembolso para estes empréstimos é de 92 por cento.

O presente programa do MCA ira estender esses dois projectos : micro-credito e irrigação gota-a-gota no sentido de se atingir o objectivo de desenvolvimento rural traçado para o ano de 2025 que consiste em aumentar anualmente em 20 por cento a área coberta pela irrigação gota a gota. O sistema de micro-credito será utilizado para financiar as necessidades dos camponeses e cooperativas agrícolas em termos de instalação de sistemas de irrigação gota a gota. Este sistema permitirá aos camponeses e às cooperativas melhorar o método da utilização da água e aumentar os resultados e a produtividade.

92. O impacto destes programas entre 1997 e 2001 é demonstrado na Tabela 3: As famílias cujos membros trabalham nas cooperativas e/ou outras associações têm visto o seu rendimento aumentar cerca de 194 por cento; os lares chefiados por mulheres viram o seu rendimento familiar aumentar 286 por cento. Nesse mesmo período, as famílias que utilizam o programa de micro-crédito viram o seu rendimento aumentado em 48 por cento enquanto que pequenas empresas, que haviam recebido o micro-crédito, viram o seu rendimento aumentado em 190 por cento. A adopção da irrigação gota a gota, por outro lado, aumentou os rendimentos em 49 por cento. Entre 1997 e 2001, mais de 7.681 famílias e 1.024 empresas receberam o micro crédito enquanto que para a irrigação gota a gota, entre 1997 e 2003, foram instalados 910 sistemas de irrigação; foram irrigados 126 hectares e os beneficiários alcançaram o número de 5.460 (Tabela 4).

93. O desafio, todavia, continua a ser o de obter os recursos adicionais para expandir e intensificar as intervenções que têm produzido excelentes resultados. Por exemplo, entre 1991 e 2000 Cabo Verde duplicou a sua produção em vegetais e tubérculos de menos de 15.000 toneladas para perto de 30.000 por causa da: irrigação gota a gota; disponibilização de micro-créditos e formação organizadas nos meios rurais. Espera-se que a produção dos legumes atinja 34.000 toneladas em 2004. Muitos

programas tem sido implementados para melhorar a capacidade das associações dos pobres em desenhar e implementar os programas.

Quadro 3

| Impactos dos Programas de Cooperativas, Micro Credito e Irrigação Gota a Gota no Rendimento | | | |
|--|-------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|
| | Salário (ECV) 1997 | Salário (ECV) 2001 | Mudança de Porcentagem |
| Cooperativas | | | |
| Famílias | 11,078 | 21,455 | 194 |
| Famílias Lideradas por Mulheres | 8,962 | 25,647 | 286 |
| | | | |
| Micro Crédito | | | |
| Famílias | 35,622 | 52,812 | 48 |
| Pequenos Negócios | 61,545 | 178,375 | 190 |
| | | | |
| Irrigação Gota a Gota | | (2003) | |
| Famílias | 138,812 | 207,352 | 49 |

Quadro 4

| Programas Micro Crédito e Irrigação Gota a Gota | |
|--|------------------|
| Micro Crédito | 1997-2001 |
| Beneficiários - Famílias | 7,681 |
| Beneficiários - Pequenos Negócios | 1,024 |
| | |
| Irrigação Gota a Gota | 1997-2003 |
| Sistemas de Irrigação Instalados | 910 |
| Hectares Irrigados | 126 |
| Beneficiários | 5,460 |

94. Sob o programa MCA, esforços não serão poupados no sentido de desenvolver novos produtos, identificar e desenvolver novos mercados para as exportações cabo-verdianas, bem como reforçar a capacidade das empresas cabo-verdianas em competir no mercado global. A título de exemplo, o governo recentemente estabeleceu e financiou um projecto designado de “Fundos de reforço da competitividade das empresas”, cuja gestão é assegurada pelas associações do sector privado. A assistência do MCA irá complementar esses tipos de actividades em curso de forma a transformar o sector privado cabo-verdiano e fazendo-o globalmente competitivo.

95. Em resumo, a proposta de assistência dos fundos do MCA assenta-se na experiência vivida. E de se esperar outros benefícios se os projectos aqui propostos forem implementados com sucesso e estendidos a demais parte do território nacional aonde se mostrar economicamente viável. Focando sobre os programas que tem tido excelente impacto no crescimento económico e no alívio da pobreza, as chances para o sucesso e deveras grande.

3.3 *Quais são os factores de risco?*

96. O consenso dentro da nação sobre, o para onde, o país se deve dirigir e como chegar lá, proporciona uma grande oportunidade para uma implementação bem sucedida conforme acima referido. Contudo, há riscos. Para o programa de assistência do MCA, porém, os riscos são mínimos. Isto é devido à natureza participativa em que se delineou o programa de assistência do MCA, e ao facto do programa derivar dos resultados de várias consultas e estratégias nacionais e de um plano de implementação que envolve a colaboração entre o governo, os municípios, as associações da sociedade civil e o sector privado. Na verdade, as associações da sociedade civil, as organizações da sociedade civil, as organizações não governamentais e grupos do sector privado implementarão muitos destes projectos. Ademais, a decisão de evitar a reinvenção da roda e centrar-se no que resultou, enquanto combater as limitações que impedem elevados índices de crescimento, irá assegurar o possível sucesso do programa de assistência MCA em Cabo Verde.

97. O maior risco advém da implementação de esforços complementares da reforma que o governo empreendeu para criar um ambiente propício ao crescimento económico. É consensual entre o governo e os partidos políticos que é necessário continuar com as políticas de reforma em curso. A chave desse esforços, independentemente do partido que estiver no poder, é manter o seu engajamento com à disciplina fiscal e estabilidade monetária e à implementação, com sucesso, de programas de reforma, tais como a reforma no clima investimento, que inclui a reforma dos impostos, a simplificação das barreiras administrativas e a modernização do ambiente legal. O governo já estabeleceu as instituições necessárias para esse fim. Por exemplo, a reforma de tarifas e impostos foi lançada em Janeiro de 2004 com a introdução do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado. O governo dedicou-se a continuar rigorosamente estas reformas devido à sua importância para a agenda de transformação e sucesso do programa de assistência do MCA.

98. A natureza participativa e de colaboração na elaboração e a implementação do programa de assistência do MCA apela para um forte mecanismo de supervisão e avaliação com o fim de assegurar que todos os actores cumpram adequadamente os seus papéis. Este é o desafio central que pode afectar de uma forma significativa a realização do projecto. O governo está ciente deste desafio e tem implementado procedimentos rigorosos, eficientes e efectivos para que sejam escolhidas as melhores organizações para implementar os projectos. Adicionalmente, o governo também assegurará que sejam adoptados processos de supervisão e avaliação efectivos. Além do mais, o mecanismo posto em prática deve facilitar a boa

coordenação entre as várias organizações que irão estar envolvidas nessa implementação.

99. Dado à natureza da assistência do MCA e à necessidade de assegurar rápida expedição e implementação, o maior factor de risco é a burocracia. A assistência do MCA não pode ser burocratizada, já que há a necessidade de mostrar que essa nova filosofia da ajuda ao desenvolvimento é efectiva e também para que o MCC mostre o seu sucesso num período de tempo recorde. Adicionado a este facto, há necessidade de flexibilidade e efectividade. Rigidez e letargia são riscos a que o programa não se pode permitir e não o fará.
100. O governo entende estes desafios chave do programa de assistência do MCA e para mitigar os riscos, o Primeiro Ministro coordenará os múltiplos sectores, liderando desta forma a implementação do programa de assistência do MCA. A administração técnica, no dia a dia, será feita por uma unidade pequena, porém eficiente e efectiva, a ser criada junto do Gabinete do Primeiro Ministro para dirigir e coordenar a implementação do programa de assistência do MCA e o processo de transformação em curso, em colaboração com os vários departamentos do governo e grupos destinatários.

4. *Implementação*

101. Ao se planificar o programa de assistência MCA e a sua implementação, colocou-se ênfase especial no alcance de resultados. Para Cabo Verde, a assistência MCA constitui uma oportunidade única para obter recursos que irão facilitar a implementação da agenda de transformação que visa a transformação e o crescimento económico, para expandir as oportunidades a todos, incluindo o pobre, e esse desiderato coincide com os objectivos do MCA.
102. O sucesso do programa de assistência do MCA proposto é, por isso, indispensável para o alcance dos objectivos nacionais de Cabo Verde e todo o esforço será feito para assegurar a sua concretização. Assim, o esboço e a implementação do programa de assistência do MCA serão orientados pelos elementos chave que se seguem:
 - Uma focalização exclusiva no crescimento económico e alívio da pobreza com objectivos de alcançar resultados acessíveis
 - Programas e projectos ancorados na visão nacional da agenda de transformação e outros programas de alto nível, tais como o da estratégia de crescimento e alívio da pobreza que foram completados recentemente
 - Ênfase nos programas inovativos que se têm provado ser efectivos na promoção do crescimento económico e redução da pobreza: o foco não é reinventar a roda, mas minimizar os riscos

- Utilização de companhias do sector privado e associações da sociedade civil existentes com um registo da sua trajectória e experiência no campo
- Participação e consenso entre os principais actores no desenho e implementação do projecto
- Estabelecimento junto do Gabinete do Primeiro Ministro da Unidade Estratégias para Transformação (UET), para coordenar e gerir a implementação do MCA e da agenda de transformação mais ampla de Cabo Verde
- Um processo de controlo financeiro rigoroso e a monitorização e avaliação para assegurar o sucesso, usando os procedimentos e orientações do MCA

4.1 Projectos

103. O programa de assistência do MCA proposto, conforme está descrito na secção 1, é constituído por duas componentes: a) Empoderamento Social e Redução da Pobreza e b) a Competitividade Económica. Sob cada uma destas componentes irá-se implementar uma série de projectos. Estes projectos foram acordados através de um processo de consulta entre a sociedade civil, o sector privado e o governo.(ver secção 5).

4.1.1 Componente 1: Empoderamento Social e Redução da Pobreza

104. A componente do programa de assistência do MCA sob Empoderamento Social e Redução da Pobreza (SEPR) centrou-se primeiramente na transformação da economia rural para aumentar os resultados económicos e estimular um crescimento económico elevado, criar empregos e reduzir significativamente a pobreza. Planearam-se dois projectos principais (Tabela 5). Estes projectos ajudarão a alcançar o crescimento económico, a redução da pobreza, através do melhoramento da capacidade dos pobres de se engajarem em actividades produtivas e do aumento da sua produtividade, providenciando-se os recursos necessários e a infra-estrutura para a transformação da agricultura e desenvolvimento de novas actividades económicas, particularmente no sector do turismo, negócio agrário e artes.

Quadro 5:Empoderamento Social e Redução da Pobreza

| | Projecto |
|------|---|
| PR-1 | Expansão Economia Rural |
| PR-2 | Infra-estrutura Rural e Serviços de Apoio |

105. Sob cada um dos dois projectos, será realizada uma série de actividades centrais. O primeiro projecto irá incorporar quatro actividades principais: a construção de reservatórios de captação de água ; a gestão de açudes, com o objectivo de aumentar o fornecimento de água e melhorar o seu consumo, bem assim aumentar os resultados agrícolas e a conservação do solo. A actividade concentra-se no aumento e expansão do projecto em curso para permitir a formação da micro-economia e fomentar o uso da técnica de irrigação gota a gota junto às cooperativas rurais e camponesas. A finalidade é expandir os resultados agrícolas e aumentar o nível de rendimento dos camponeses. A actividade sob o projecto da expansão económica rural é aumentar a capacidade de dar apoio aos lares rurais e às pequenas empresas para que possam desenvolver actividades que geram rendimentos, especialmente no sector do eco-turismo, negócios agrários e artesanatos.
106. O segundo projecto da componente Empoderamento Social e Redução da Pobreza visa assegurar serviços de apoio adequados e uma infra-estrutura para suportar a expansão da economia rural. Assim, o projecto centralizar-se-á na construção de estradas de acesso, na extensão da rede eléctrica às áreas rurais e na criação e reforço das capacidades das associações rurais e locais e das ONGs.
107. O projecto da Infra-estrutura Rural e Serviços de Apoio incorporarão três actividades principais. A primeira é a construção de estradas que ligarão as áreas rurais às estradas principais. Espera-se que isto facilite o transporte de produtos agrícolas e outras produções das áreas rurais para os mercados centrais. A segunda actividade visará garantir o acesso à electricidade por parte das populações rurais. É importante que o acesso à electricidade seja estendido concomitantemente com o projecto de irrigação gota a gota, visando a produção da energia necessária a um substancial aumento dos resultados agrícolas. As ONGs e associações comunitárias são muito activas em Cabo Verde e a intenção é engajar as cooperativas, os organismos comunitários e as ONGs na implementação do programa de assistência do MCA, especialmente nas áreas rurais. Para tal, a terceira actividade terá como ponto central a promoção da criação de capacidades e apoio a estas NGOs e associações em advocacia, delineamento do programa, gestão e implementação.
108. O desenvolvimento das áreas rurais em Cabo Verde está fundamentalmente ligado à disponibilidade da água. O ecossistema frágil e a pluviosidade muito baixa contribuem bastante para o aumento da pobreza, particularmente nas áreas rurais, uma vez que a ocupação principal da maior parte da população é a agricultura. Para além da fraca pluviosidade, a realidade é ainda mais complicada devido ao baixo nível de utilização de novos métodos agrícolas. Consequentemente, resolver o problema da pobreza exige novas soluções para se aumentar a produtividade e os seus resultados. A água, a sua utilização e as novas técnicas como as de irrigação

gota a gota, são elementos essenciais dessas soluções. Por conseguinte, a mobilização da água é crítica.

109. Na maior parte das vezes, a fonte principal de água é a subterrânea. A exploração da água na superfície depende bastante do uso de técnicas adequadas para a sua mobilização, uma vez que o terreno é acidentado. De facto, perde-se cerca de 89.6 por cento da precipitação; 49.6 por cento se perde devido à evaporação, enquanto 33.3 por cento se perde no mar devido à natureza montanhosa do terreno. Na realidade, os 33 por cento da precipitação perdida no mar pode ser captado e armazenado nos reservatórios, para uso nos domicílios e para a irrigação. O que é preciso é o uso de técnicas modernas. O consenso entre os protagonistas do sector é a necessidade de modernização e a construção de uma infra-estrutura de captação e gestão da água. Recomendações de especialistas incluem a construção de um sistema de reservatórios, incluindo reservatórios pequenos, médios e grandes e o melhoramento de sistemas para garantir uma distribuição eficiente e efectiva de água
110. As quatro actividades centrais sob o projecto da expansão económica se complementam mutuamente: devem ajudar a expandir a economia rural e, juntas, devem criar empregos, aumentar os resultados e elevar o rendimento através do suporte à conservação, gestão e distribuição da água, conservação do solo, micro-financiamento, irrigação gota a gota e o desenvolvimento de novas actividades económicas tais como o turismo rural.
111. Como parte das actividades centrais a serem realizadas para ampliar os resultados económicos, serão construídas represas e diques ou açudes, serão colocadas barreiras de contorno para vegetais, e terraços de contorno; estes são para aumentar a infiltração e melhorar o solo para a agricultura. Outras incluem a construção de reservatórios de água, e a concessão de apoio às entidades que fornecem serviços e apoio financeiro para aquisição de equipamento para a irrigação gota a gota destinados: a pequenos e médios agricultores, o negócio agrário, e as micro-empresas. O projecto também ajudará a diversificar a economia rural dado a que o solo arável em Cabo Verde é reduzido, para que se possam incluir novas actividades económicas como o turismo rural, artesanatos e negócios de pequeno e médio porte ligados a transformação de produtos agrícolas. O projecto proporcionará serviços de formação e apoio, incluindo o micro crédito.
112. O segundo projecto, Infra-estrutura Rural e Serviços de Apoio, foi concebido para reforçar o projecto de expansão económica rural. Serão realizadas três actividades principais. A primeira envolve a construção de estradas de acesso. Isto é crucial uma vez que a economia rural não se desenvolverá sem uma infra-estrutura de transportes adequada, para transportar mercadorias e pessoas de e para os mercados. Os esforços para aumentar os resultados nas áreas rurais, seriam um desperdício de recursos se não houver estradas para transportar as mercadorias produzidas pelos agricultores das áreas rurais para os centros de mercado. Adicionalmente, num ambiente onde se espera que o eco-turismo seja uma parte chave da nova economia nas áreas rurais, o transporte de turistas para se movimentarem entre as localidades é essencial. O financiamento das

estradas de acesso consistira em reabilitar as estradas em péssimas condições e/ou construir novas estradas que ligarão áreas rurais às estradas principais, cidades e centros de mercado. Este será um projecto de trabalho altamente intensivo, uma vez que as estradas de pedras tradicionais (calçadas) serão as pretendidas. Ademais, as associações locais, especializadas no método tradicional de construção de estradas, serão consideradas para realizarem a maior parte do trabalho de construção

113. Há necessidade de a electricidade favorecer o aparecimento da nova economia rural. Sob o projecto da Infra-estrutura e Serviços de Apoio, serão complementados os investimentos das empresas públicas para ligarem as áreas rurais à rede eléctrica nacional. A extensão das ligações eléctricas bem como o programa de construção de estradas serão ligados aos locais onde as novas actividades económicas (a irrigação gota a gota, o turismo rural e o processo de produção agrária) estão a ser localizados. Isto é necessário porque a irrigação gota a gota, a sondagem da água, as operações de desenvolvimento do turismo rural ou o processamento das micro-empresas agrárias, vão todos requerer energia.
114. A experiência em Cabo Verde tem mostrado que, trabalhar com associações ou cooperativas locais e rurais na implementação de projectos, é essencial para se alcançar o sucesso. Por essa razão, a componente do programa de assistência do MCA, Empoderamento Social e Redução da Pobreza, terá como base de acção a construção e/ou aumentar da capacidade e habilidade dos grupos da sociedade civil engajados no desenvolvimento destas actividades. Por isso os aspectos essenciais da componente Empoderamento Social e Redução da Pobreza do programa de assistência do MCA são de proporcionar treinamento aos parceiros de desenvolvimento local nas áreas da advocacia, planeamento de projectos, gestão, contabilidade e planeamento financeiro.

4.1.2 Componente 2: Competitividade Económica

115. Quatro projectos serão implementados sob a componente da competitividade económica do programa de assistência do MCA. Estes quatro projectos combinados sob a componente 2 - a Competitividade Económica -, tem por objectivo elevar o índice do crescimento económico e reduzir o nível da pobreza, eliminar os obstáculos que sufocam a competição de Cabo Verde no mercado global. Os elementos centrais desta componente do programa são: o desenvolvimento dos recursos humanos; do sector privado; da promoção de exportações, e do desenvolvimento da infra-estrutura. (Tabela 6).

Quadro 6

Competitividade Económica

| Número | Projecto |
|---------------|---|
| EC-1 | Desenvolvimento de recursos humanos |
| EC-2 | Desenvolvimento do sector privado e da promoção da exportação |

| | |
|------|--------------------------------------|
| EC-3 | Desenvolvimento do sector do turismo |
| EC-4 | Desenvolvimento das infra-estruturas |

116. O primeiro projecto, o do Desenvolvimento dos Recursos Humanos, será usado para financiar o desenvolvimento de um sistema universitário que incorporará três faculdades/escolas, começando por um sistema de 2 anos para ser transformado mais tarde na Universidade de Cabo Verde, totalmente desenvolvida com ambos programas de pré e pós-graduação. Isto conduzirá ao treinamento e especialização de profissionais e técnicos que serão o centro da força de trabalho no futuro. O projecto incluirá ainda o treinamento para a chefia executiva e gestores para os sectores público e privado.
117. O segundo projecto, o da Promoção do Desenvolvimento do Sector Privado e da Exportação, apoiará o desenvolvimento do sector privado e a promoção de investimentos e exportação. As actividades financiadas através deste projecto incluirão o acesso ao crédito e investimento de capital, serviços de apoio para as companhias do sector privado e a promoção da exportação e investimento.
118. O terceiro projecto, o do Desenvolvimento do Sector do Turismo, centra-se no desenvolvimento de novos nichos no sector do turismo em Cabo Verde, especialmente o turismo cultural e ecológico. Com recursos aos fundos do MCA, o governo pretende também apoiar iniciativas no domínio da construção de moradias sociais, a baixo custos, destinados a trabalhadores no ramo do turismo nas Ilhas de Boa Vista, Maio e Sal.
119. O quarto projecto, o do Desenvolvimento das Infra-estruturas, reforçará a infra-estrutura existente e desenvolverá outras novas. Também financiará actividades que têm por objectivo reduzir o custo da energia, aumentando a produção de energia eólica, colocando a disposição facilidades que permitam aumentar a distribuição de energia, modernizando os portos para aumentar a segurança e a eficiência, e estabelecendo um fundo de investimento privado para financiar a infra-estrutura económica.

4.2 Custos do Programa

120. O custo total do programa de assistência do MCA, por um período de três anos, é de 118.500.000 dólares americanos (cento e dezoito milhões de dólares americanos). Espera-se que a componente do programa sobre a promoção do poder social e a redução da pobreza custe 34.500.000 dólares americanos (trinta e quatro milhões e quinhentos mil dólares americanos enquanto que a componente sobre a competitividade económica custará 83.650.000 dólares americanos (oitenta e três milhões seiscentos e cinquenta mil dólares americanos). A análise dos custos é apresentada a seguir, na tabela 7. O cálculo foi feito com base em projectos existentes, dado ao facto de que algumas das actividades são extensões de projectos existentes enquanto que outros, que já haviam sido preparados, aguardavam financiamento. Os cálculos foram feitos com os doadores operando nas várias áreas. O financiamento apresentado na proposta é o que Cabo Verde procura junto ao MCC. Os financiamentos complementares não estão

incluídos na proposta porque alguns dos projectos já estão em curso e outros estão em negociação com os parceiros/doadores ou instituições financeiras internacionais.

Quadro 7: Custo do Programa

| Número | Projecto | Custo estimado (US\$x1000) | Orçamento anual | | |
|---|--|----------------------------|-----------------|---------------|---------------|
| | | | Y1 | Y2 | Y3 |
| Componente 1: Empoderamento Social e Redução da Pobreza (SEPR) | | | | | |
| SEPR-1 | Expansão da Economia Rural | 20,000 | 5,400 | 6,900 | 7,700 |
| SEPR-2 | Infra-estruturas Rurais e Serviços de Apoio | 11,000 | 3,900 | 3,500 | 3,600 |
| SEPR | Administração do Programa & Diversos | 3,500 | 1,100 | 1,100 | 1,300 |
| Componente 1 sub-total | | 34,500 | 10,400 | 11,500 | 12,600 |
| Componente 2: Competitividade Económica | | | | | |
| EC-1 | Desenvolvimento dos Recursos Humanos | 19,000 | 5,500 | 6,500 | 7,000 |
| EC-2 | Desenvolvimento do Sector Privado e Promoção das Exportações | 9,000 | 2,200 | 3,000 | 3,800 |
| EC-3 | Desenvolvimento do sector do turismo | 12,750 | 4,250 | 4,000 | 4,500 |
| EC-4 | Desenvolvimento das Infra-estruturas | 35,900 | 17,700 | 15,200 | 3,000 |
| EGC | Administração do Programa e Diversos | 7,000 | 2,000 | 2,000 | 3,000 |
| Componente 2 sub-total | | 83,650 | 31,650 | 30,700 | 21,300 |
| Total | | 118,150 | 42,050 | 42,200 | 33,900 |

4.3 O papel do governo

121. O governo de Cabo Verde espera desempenhar um papel fundamental, juntamente com o sector privado e a sociedade civil. Contudo, a sua primeira função é assegurar que haja um ambiente propício e que as várias instituições a cargo do programa de assistência do MCA recebam o que necessitam para realizar o seu trabalho. Isto pode incluir, por exemplo, providenciar um sistema de apoio para a gestão financeira por parte do Ministério das Finanças e do Planeamento. Ademais, o governo terá de assegurar que as várias regras sejam seguidas e que cada instituição cumpra os seus deveres conforme descritos nos termos de referência.

122. No que se refere especificamente à selecção de propostas e ao processo de intervenção, o governo pretende participar, como as outras partes envolvidas, na identificação das prioridades e na definição dos projectos, e assegurará que haja um consenso sobre o que tem de ser feito. Os comités estabelecidos para o programa de assistência do MCA terão independência para realizar as suas tarefas, sem demasiada influência por parte do governo. Contudo, as responsabilidades do governo são de assegurar que as regras sejam claras e sejam seguidas para facilitar a implementação com sucesso.

4.4 O quadro das Políticas do Governo

123. Desde os princípios dos anos 90, quando o governo intensificou as reformas económicas, os objectivos têm sido construir uma economia dirigida pelo sector

privado, tornar a economia mais favorável ao mercado, melhorar a eficiência e a competitividade e facilitar um crescimento económico rápido. Para apoiar a economia de mercado que ganhou o seu momentum, os sucessivos governos cabo-verdianos, desde os anos 90, têm-se engajado na política de reformas que consiste em: reforçar e reestruturar, aprofundar o sector financeiro; melhorar o sistema de pensões; consolidação da gestão orçamental e financeira; assegurar a disciplina fiscal e a estabilidade monetária; e acentuar a competitividade do sector privado. Ademais, o governo também deu ênfase ao E-governo para modernizar e tornar mais eficaz a administração pública.

124. O governo vem continuando algumas destas reformas com o apoio de dois projectos financiados pelo Banco Mundial. Estes projectos são o Projecto de Crescimento e Competitividade e o Projecto de Criação de Capacidade para Privatização e Regulação. Para apoiar essa prioridade, o governo tenciona utilizar a assistência do programa o MCA, para intensificar a implementação destes programas de reforma, nas suas diversas componentes. Para as áreas prioritárias, a competitividade económica e a redução da pobreza, o governo pretende intensificar os seus esforços para melhorar o seu clima de investimento. A componente chave da reforma do clima de investimento incluem a reforma de taxas, a redução das barreiras administrativas, o desenvolvimento de cadeias de abastecimento e a modernização do ambiente legal.
125. O governo reconhece a importância das tarifas alfandegárias e do imposto na competitividade económica e do ambiente dos negócios. Assim, o governo começou a tomar medidas para racionalizar aplicação de impostos no sector privado. Um passo importante nesta direcção é a implementação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em Janeiro de 2004. O propósito disto é criar uma estrutura de impostos eficiente, reduzir taxas efectivas, racionalizar as alfândegas e o regime de isenção de taxas para melhorar o ambiente comercial e reforçar a competitividade global de Cabo Verde. O governo pretende continuar os programas de educação e formação para facilitar o sucesso desta reforma importante. Acrescentando ao IVA, o governo completou recentemente um estudo sobre impostos do selo e incentivos fiscais. O objectivo é a eventual eliminação do imposto do selo e a redução e harmonização dos incentivos fiscais.
126. Crucial também para a agenda do crescimento económico é o programa da reforma administrativa que o governo iniciou. O objectivo é a redução das barreiras administrativas para promover o comércio. Um estudo encomendado pelo governo sobre a “Redução das Barreiras Administrativas” já foi concluído e o governo está agora a trabalhar na implementação das recomendações do estudo. Para complementar o seu trabalho sobre os impostos e a reforma administrativa e os seus esforços para desenvolver uma economia dirigida pelo sector privado, o governo está agora a planificar e a facilitar o desenvolvimento das cadeias de abastecimento em todos os sectores. O governo planeou estudos sobre sectores seleccionados; esses estudos irão identificar as acções e os pré-requisitos que são necessárias para ultrapassar os constrangimentos que enfrentam o governo (criação de infra-estruturas, regulamentos, etc.) e o sector privado (falta de capacidades técnicas e/ou falta de actividades upstream e downstream). Além disso, os estudos a serem realizados irão identificar problemas transversais com os sectores e irão definir políticas de acção bem como os requisitos

específicos do sector. Melhorar a cadeia de abastecimento é particularmente importante dado aos custos adicionais e aos impactos negativos sobre a competitividade de Cabo Verde. Por este motivo, o governo pretende começar a trabalhar nestas questões dentro do contexto do projecto de Crescimento e Competitividade Económica que começou as suas operações em Outubro de 2003.

127. Como parte da reforma do sector público, o governo embarcou também num outro programa de modernização. Criou em 2003, a NOSi, uma agência governamental, como parte dos seus esforços de modernizar o governo e promover a E-governança. A NOSi implementou já vários sistemas, incluindo a gestão da dívida, o sistema de gestão do registo industrial e a gestão dos recursos de bolsas de estudo e da educação. Presentemente os departamentos governamentais estão a ser informatizados, incluindo o Ministério da Justiça, como parte da modernização do ambiente legal e reforma judicial. O programa de modernização incluirá a revisão de códigos, o registo, o treinamento dos trabalhadores do sector de Justiça, e a disseminação da informação legal. Outros sistemas a ser planificados incluem o sistema de informação na saúde e um sistema sobre inventários e intervenções do governo.
128. Como parte da iniciativa E-governança, o governo, sob a direcção do Ministério da Justiça, está agora a trabalhar para unir todos os serviços de Registo e Notariado. O trabalho sobre a modernização dos diversos registos está bem avançado, especialmente para o registo comercial. O objectivo é colocar um sistema que permita registrar uma companhia em pouco mais de 20 minutos (desde que a documentação necessária seja apresentada e não haja nenhum conflito com o nome comercial e a propriedade intelectual). Enquanto os códigos para os registos civis (Registo Civil e Notariado) e para a propriedade rústica e registos de veículos se espera que estejam prontos em meados de 2005; o código para o registo comercial espera-se que seja finalizado em Outubro de 2004.
129. O Ministério da Justiça já esboçou a proposta de Lei de Arbitragem que será apresentada ao Parlamento durante a próxima sessão legislativa, a começar em Outubro de 2004. Em acréscimo ao melhoramento do ambiente económico, o governo também fez um progresso significativo com o seu trabalho de adesão de Cabo Verde à OMC. A primeira reunião do Grupo de Trabalho para a ascensão de Cabo Verde à OMC foi realizada em Geneve no início deste ano. Como parte da ascensão à OMC, o governo agora está a planear a modernização das leis sobre a propriedade intelectual, incluindo a revisão da lei sobre marcas comerciais registadas, patentes e direitos do autor.
130. Estudos para melhorar a regulamentação das instituições financeiras foram também feitos nos últimos anos. Uma forte regulamentação e supervisão é essencial para reduzir os riscos morais num sistema financeiro privado. O Banco de Cabo Verde (BCV) cuja autonomia foi reforçado recentemente, está a implementar um conjunto de medidas para reforçar as suas responsabilidades operacionais e de supervisão. Trabalho substancial tem sido feito no sector de formação e criação de capacidade no BCV e na modernização do sistema de computadores e controlos internos. O governo está engajado para assegurar que estes esforços continuem e sejam aprofundados.

131. A estratégia do sector judicial foi desenvolvida e o governo pensa acelerar os seus esforços na reforma judicial a fim de melhorar o ambiente legal, tornando-o propício para negócios uma vez que isto é essencial para o desenvolvimento do sector privado e financeiro. Melhorar a eficiência da administração e tornar o processo de tomada de decisões judiciais mais previsível aumentaria a confiança pública no sistema judicial. Treinamento especializado será dado aos magistrados que lidam com as transações financeiras.
132. Com o intuito de aperfeiçoar o sistema financeiro cabo-verdiano que garanta maior segurança aos parceiros privados, foi criada a Sociedade Interbancária e o Sistema de Pagamentos (SISP), em 1997. O objectivo principal da Sociedade consiste em lidar com as actividades relacionadas com os negócios bancários electrónicos, incluindo o sistema de pagamento, as máquinas automáticas para cash (ATM) e as transferências electrónicas. Em colaboração com a Visa Internacional, e com vista ao alargamento a Cabo Verde dos serviços existentes nos mercados financeiros internacionais, o SISP irá fornecer brevemente serviços VISA. Este sistema, para além de apoiar o turismo, criará oportunidades para negócios e mobilizará divisas para o país. Continuando a modernização do sistema financeiro, o SISP está também a desenvolver, com a participação dos Bancos Comerciais, um negócio bancário "on-line" permitindo ao cliente usufruir dos seus serviços a partir da sua casa ou do seu escritório.
133. O desafio ao desenvolvimento do sector financeiro cabo-verdiano continua a ser a ausência de capitais de longo prazo. O estabelecimento de recursos financeiros sustentáveis a longo prazo é crucial ao desenvolvimento futuro do sector financeiro cabo-verdiano. Neste contexto, estão em elaboração vários estudos sobre as formas de acesso aos mercados de capital financeiro; propostas para a criação de novos instrumentos financeiros, como os contratos de leasing, capital de risco e mercados secundários. Isto fornecerá ao Governo um retrato das políticas e permitir-lhe-á a modernização dos seguros bem como o quadro legal para o desenvolvimento do sector financeiro. Baseado nos resultados desse estudo, o Governo, em colaboração com o sector privado, formulará um quadro de políticas e uma estratégia clara para o sector financeiro.
134. O Governo reconhece a importância em continuar a reforçar o sistema das pensões como fonte de recursos a longo termo bem como para a segurança social. Por isso o governo de Cabo Verde lançou um programa compreensivo de reforma das pensões. Convém salientar que, em Janeiro de 2001, o governo implementou uma lei base do sistema de pensões. Em 2004 o Governo deverá adoptar uma Lei que modifica os benefícios bem como o sistema de indexação. Esta legislação será o primeiro passo para reduzir os passivos vigente e assegurar a sustentabilidade do sistema de pensões. O governo pretende, ainda transferir, gradualmente, os funcionários da Administração Pública para o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) com o objectivo de ter uma instituição única e mais forte. Ademais, já foi estabelecido um Comité executivo para pensões, com o fito de melhorar o regime de serviços sociais e assegurar recursos a longo prazo. Já foram feito vários estudos nesta área, incluindo: a) um estudo sobre estatística, b) um estudo sobre a integração dos

servidores públicos no sistema de protecção social, nomeadamente o INPS e c) uma análise da administração pública. Baseado no resultado destes estudos e conjuntamente com o trabalho desenvolvido pelo sector, o governo formulará uma política para pensões, sã e coerente.

135. A pedra angular para o desenvolvimento do sector financeiro é a disciplina fiscal. O governo de Cabo Verde tem a intenção de continuar a reforma fiscal em curso de forma a a) aumentar a produtividade dos recursos usados pelo sector público e b) reduzir os efectivos da Administração. Isto permitirá disponibilizar, ao sector privado, mais recursos a um custo mais baixo. O sucesso verificado nesta área, nos últimos anos, demonstra a determinação do governo em manter a disciplina fiscal, com vista a imprimir confiança na economia que, por sua vez, irá facilitar o fluxo de recursos, elemento essencial a estabilidade macro-económica e incentivar, assim, o crescimento e o investimento económico.
136. O reforço da gestão do orçamento e das finanças é também importante para uma boa execução do Programa MCA. Nesta área do orçamento e finanças, o governo pretende continuar com a implementação de um quadro legal e institucional para a Administração Pública. As reformas orçamentais realizadas, até agora, procuraram responder a falta de coordenação entre o planeamento macro-económico e a gestão do orçamento, reduzir os problemas decorrentes da consolidação orçamental e a gestão do ciclo do orçamento e implementar um sistema de contabilidade baseado na harmonização do sistema de contabilidade do estado. Neste sentido, as reformas processadas, até então, nestas áreas conduziram a uma reorganização dos serviços financeiros como por exemplo o Tribunal de Contas, a Inspeção das Finanças, e a Direcção Geral do Tesouro, com o objectivo de proporcionar um seguimento e avaliação das actividades do governo. A aprovação da Lei base das Finanças locais criou as condições legais e processuais para organização, implementação, seguimento e avaliação dos orçamentos municipais e a sua consolidação com o orçamento geral do estado. Essas reformas orçamentais permitiram já progressos consideráveis em varias áreas de gestão financeira. O Governo entende continuá-las nas áreas onde subsiste ainda alguma fraqueza.
137. Estas reformas e acções levadas a cabo pelo governo têm contribuído para o fortalecimento do ambiente macro-económico e para a melhoria da competitividade da economia. Estas reformas vêm sendo desenvolvidas no quadro dos vários projectos que o governo tem vindo a implementar com financiamento de parceiros e instituições de desenvolvimento internacionais como a União Europeia, o PNUD, o Banco Mundial, o BAD e o FMI. O governo está empenhado no aprofundamento e implementação das reformas visando essencialmente a assegurar um ambiente que propicie o crescimento económico estável e a redução da pobreza, elementos cruciais para o alcance da visão da transformação económica e sucesso do programa de assistência do MCA

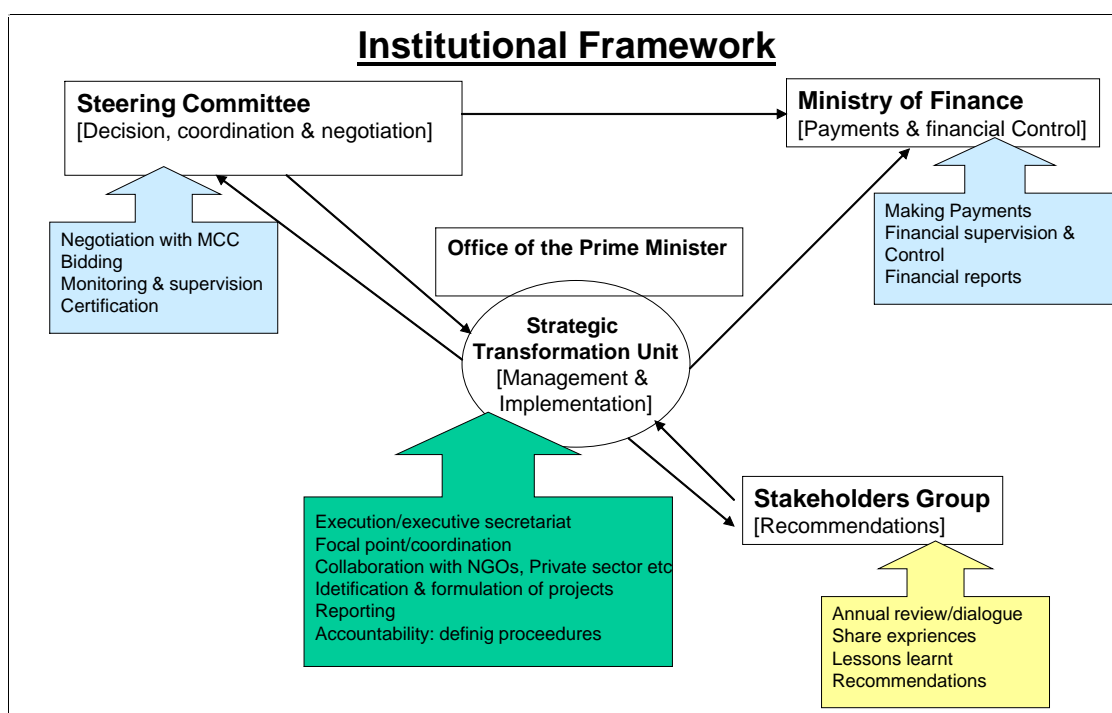
4.5 *O Quadro Institucional*

138. A inovação chave na estratégia de Cabo Verde para o programa do MCA é a criação da Unidade Estratégica para Transformação (UET) que passará a coordenar e gerir a estratégia da transformação, e a orientar a implementação do programa de assistência do MCA. Além do UET serão estabelecidos para assegurar uma boa implementação e acompanhamento do programa, duas outras instituições, o Comité de Pilotagem e o Conselho Consultivo de Parceiros (ver Figura 5)
139. **A *Unidade Estratégica para Transformação*** (UET), que estará sediada no Gabinete do Primeiro Ministro, será a agência de execução do programa MCA e supervisionará a implementação deste programa. O Comité de Pilotagem supervisionará e lidará as negociações com o MCC. O Ministério das Finanças providenciará controle financeiro e fará os pagamentos. O Conselho Consultivo dos Parceiros assegurará a supervisão e monitoramento das partes interessadas.
140. ***Comité de Pilotagem:*** O Comité de Pilotagem será constituído por representantes do Gabinete do Primeiro Ministro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, o Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade, o Ministro das Finanças e do Planeamento, o Ministro de Estado das Infra-estruturas e Transportes, o Ministro do Trabalho e da Solidariedade, o Ministro da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, dois representantes das ONGs e um representante do sector privado (Câmara de Comércio). O Comité de Pilotagem será presidido pelo Ministro designado pelo Primeiro Ministro e as suas principais actividades incluirão as negociações, transmissão de informação à MCC, lidar com parceiros externos, incluindo os co-doadores do programa, avaliação dos concursos, aprovação dos instrumentos de gestão financeira e o monitoramento do programa de assistência da MCA. Ademais, o Comité lidará o processo de avaliação para assegurar o bom funcionamento do programa de forma a alcançar os objectivos preconizados no Acordo. O grupo escolherá os consultores para fazerem as revisões e avaliações anuais e determinará os termos de referência com o apoio da Unidade Estratégica de Transformação. O Comité Executivo recrutará auditores internacionais para, anualmente, realizarem a auditoria do programa.
141. O Comité de Pilotagem reunir-se-á numa base trimestral para assegurar a implementação do programa, rever os resultados do trimestre anterior e programar as actividades para a fase seguinte e facilitar a cooperação institucional entre os departamentos envolvidos na implementação do programa e o UET. O Comité pode reunir, em circunstâncias especiais, para discutir alguns aspectos mais importantes relacionados com os projectos e, quando solicitado, poderá também reunir para discutir questões urgentes.
142. ***Controle Financeiro:*** O Ministério das Finanças e Planeamento, de acordo com as regras e regulamentos existentes e o Acordo alcançado com o MCC, administrará a

parte financeira e efectuará os respectivos pagamentos depois de conferidos pela Unidade Estratégica e pelo Comité de Pilotagem.

143. **Conselho Consultivo dos Parceiros** : O Conselho Consultivo organizará, anualmente, um fórum entre todos as partes interessadas na implementação dos vários projectos, para num diálogo aberto e franco, partilhar experiências e lições apreendidas. O Conselho Consultivo dos Parceiros facilitará o diálogo entre as Comissões locais de parceiros, a Associação Nacional dos Municípios, o Comité de Pilotagem, a Unidade Estratégica da Transformação, as ONG (NGOs) e outras organizações envolvidas na implementação do programa de assistência do MCA. A nível local, o Conselho Consultivo dos Parceiros usará o sistema do diálogo que será estabelecido dentro da estrutura da implementação do DECRP (Conselhos Regionais de Redução da Pobreza).

Figure 5



4.6 Controlo e Responsabilidade

4.6.1 Assegurando procedimentos abertos, justos e competitivos

144. A estratégia adoptada na elaboração da Proposta foi a de expandir programas já em curso e projectos que tenham provado ter sucesso na realização dos dois objectivos gêmeo do crescimento económico e da redução da pobreza. A ideia é focar no que já está funcionando e evitar reinventar a roda. Com isto se espera poupar um montante substancial de recursos e aumentar a efectividade e eficiência do programa. O

financiamento MCA será, por isso, usado para expandir programas em curso ou para financiar projectos existentes para os quais há necessidade de mais financiamentos.

- 145.** Assim, em muitos casos, as propostas são solicitadas às agências de execução que já estão operacionais e, noutros casos, são solicitados a enviar as propostas. O processo de revisão das propostas e obtenção de bens e serviços será rigoroso, aberto e justo. Serão adoptados os procedimentos acordados com o MCC para a revisão e selecção das propostas. O Comité de Pilotagem, com o suporte da Unidade da Estratégia da Transformação, supervisionará a revisão das propostas e os processos de aquisição de bens e serviços. A Unidade Estratégica de Transformação lidará com as actividades de gestão do dia a dia enquanto as decisões finais sobre as propostas serão tomadas pelo Comité de Pilotagem, de acordo com as regras do MCC, e em conformidade com o acordo assinado com o MCC.

4.6.2 Plano Fiscal e r responsabilidades

146. O quadro institucional proposto para o programa de assistência do MCA derivou da necessidade de separar as responsabilidades e manter um bom controlo dos fundos e auditoria do processo. O acompanhamento da gestão diária e da implementação do programa ficarão sob a responsabilidade da Unidade da Estratégia da Transformação. Esta será apoiada pelo Comité de Pilotagem, responsável pela supervisão de todo o processo, pela estratégia de negociação e controle. O Ministério das Finanças e Planeamento garantirá o controle dos fundos sob a supervisão do Ministro. O Ministério das Finanças e Planeamento responsabilizar-se-á para a parte financeira e efectuará os respectivos pagamentos depois de certificados pela Unidade Estratégica e pelo Comité de Pilotagem. Ainda o Ministério das Finanças preparará os relatórios financeiros semi-anuais a ser submetidos ao Comité de Pilotagem.
147. O processo de aquisição de bens e serviços seguirá as normas e os padrões internacionais, guiada pelas regras do MCC. A Unidade Estratégica da Transformação criará, em colaboração com o Ministério das Finanças e do Planeamento, um banco de dados contendo todas as informações sobre os projectos e as despesas. Isto permitirá a elaboração dos relatórios financeiros em tempo útil.
148. Uma auditoria financeira anual do programa, preparado por auditores independentes será encomendada pelo Comité de Pilotagem. Para assegurar a transparência do processo o relatório da Auditoria, o relatório de revisão e avaliação do programa serão publicados e serão também disponíveis "on-line" para consulta dos interessados, no "website" do governo.

4.6.3 Controle e Avaliação do Processo

149. O Controle da implementação do programa constitui a condição essencial para a realização dos objectivos deste programa. Por isso os objectivos e finalidades terão de ser estabelecidos de acordo com o MCC, ao nível de todo o programa, bem como a nível das componentes e projectos. As lições apreendidas através do processo de

controlo e avaliação serão usadas para melhorar a implementação das componentes do programa e de projectos específicos. Todo o processo de controlo e avaliação será dirigido pelo Comité de Pilotagem de forma a assegurar que a implementação dos programas estejam a alcançar os objectivos previstos e os fins estabelecidos no Acordo com o MCC. O processo de controlo e avaliação será institucionalizado e incluirá a revisão interna e o controle do programa elaborados pela UET bem como uma avaliação anual independente do programa. O processo de revisão interna incluirá um relatório semi-anual e outro anual elaborado pela Unidade da Estratégia da Transformação, que circulará entre as partes interessadas. Os relatórios da UET fornecerão informações sobre os objectivos, as actividades planificadas e realizadas, os resultados atingidos, a situação financeira, os problemas e recomendações.

150. O Comité de Pilotagem trabalhará com a Unidade Estratégica da Transformação para planear uma avaliação anual e para escolha, fora do governo, da firma de auditoria. O Comité de Pilotagem aprovará os seus termos de referência e assegurará a participação ampla no processo de avaliação. O processo de avaliação envolverá os beneficiários e partes interessadas dos projectos. Serão conduzidas entrevistas para obter as opiniões das partes interessadas e para recolher informações sobre a eficácia e eficiência das intervenções.
151. As reuniões anuais do Conselho Consultivo de Parceiros providenciarão um fórum de todas as partes envolvidas na implementação, rever o progresso, partilhar experiências e procurar vias para enfrentar problemas que possam estar a impedir a implementação do programa de assistência MCA. Essas reuniões fornecerão também uma oportunidade para todas as partes interessadas de fazer recomendações ao Comité de Pilotagem e aos outros órgãos do programa.
152. Adicionalmente à revisão anual da implementação do programa, cada projecto financiado pela assistência do MCA, também será submetido a uma avaliação final. Além disso, os projectos plurianuais terão uma avaliação a meio percurso. A Unidade da Estratégia da Transformação organizará as revisões e avaliações e fornecerá os resultados ao Comité de Pilotagem e ao Conselho Consultivo. Cada projecto elaborará um relatório semi-anual e um anual que serão incluídos nos relatórios a ser preparados pela Unidade da Estratégia da Transformação.
153. Por último, um plano de controlo e avaliação será elaborado no momento do lançamento do projecto. Este plano providenciará um guião aos diferentes actores sobre como serão executadas as avaliações e como serão medidos os indicadores bem como informações sobre como envolver os beneficiários e as partes interessadas no processo de revisão e avaliação.

4.6.4 Como pode ser medida a realização dos objectivos propostos?

154. Os objectivos primeiros do programa de assistência do MCA são: promover o crescimento económico e a reduzir a pobreza. Como tal, as medidas chave são os impactos do programa de assistência do MCA no nível de carecimento económico e

no da redução da pobreza. Por isso, as taxas de crescimento económico e a informação sobre a pobreza serão medidos e analisados para ver o impacto geral do programa de assistência do MCA. Será difícil avaliar isso, dado ao desafio de se tentar isolar os efeitos do programa de assistência do MCA de todos os outros programas e política de reformas em curso em Cabo Verde . Por esse motivo, serão usados dois mecanismos de avaliação adicionais para tentar obter o impacto das realizações do programa de assistência do MCA.

155. O primeiro é a revisão das actividades e resultados/alvos planeados com os realizados. Por isso, o processo de planeamento definirá as actividades a ser consideradas, bem como os resultados esperados para todas as componentes do programa e cada um dos projectos a ser implementado. Além disso, o processo da revisão anual e avaliação comparará as actividades planeadas e os resultados esperados com as actividades e resultados realizados.
156. O segundo mecanismo será o de rever se os resultados estão a facilitar o progresso em direcção aos objectivos primários da componente do programa e do projecto. Assim, haverá uma avaliação anual contínua para examinar se os objectivos estão a ser alcançados. Para cada uma das componentes do programa serão definidos objectivos e indicadores previamente acordados. Durante a revisão e avaliação anuais, os especialistas e consultores examinarão o desempenho em cada componente e projecto do programa em relação à suas expectativas. (Quadro 8). Além da medida dos indicadores, o processo de medida dos resultados incluirá entrevistas com os beneficiários e partes interessadas.

4.6.5 Compilação e Validação de Informação sobre a Execução

157. A compilação de informação será feita a vários níveis. Dados serão compilados a nível dos projectos sobre actividades e resultados. Isto permitirá agregar conjuntos de informação para serem construídos sobre as actividades dos projectos, os resultados e os impactos dos projectos. A Unidade da Estratégia da Transformação também irá seguir os realizações do programa através de questionários e entrevistas com as partes envolvidas, especialmente os recipientes de actividades do projecto e a população visada. O Instituto Nacional de Estatística, dado à sua perícia e recursos, estará envolvido na compilação e análise de informação, através do banco BDEO e o Plano Estatístico Principal. Participará também no processo, o STAD, (Secretariado Técnico para o Apoio ao Desenvolvimento), uma unidade no Ministério das Finanças e do Planeamento que se dedica à compilação de informação sobre a pobreza

Quadro 8: Objectivos, Resultados e Indicadores:

| Número | Projecto | Resultados | Indicadores | Situação de partida | Objectivos | | |
|---------------|--|---|--|--------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | | | | | 2005 | 2006 | 2007 |
| | | Objectivo Geral: Aumento dos rendimentos das populações nas zonas rurais: | <ul style="list-style-type: none"> Rendimento médio das populações nas zonas rurais | Rendimento médio em 2004 | Rendimento médio esperado em 2005 | Rendimento médio esperado em 2006 | Rendimento médio esperado em 2007 |
| SEPR-1 | Desenvolvimento da Economia Rural | <ul style="list-style-type: none"> Melhoria acesso a água Melhoria acesso aos serviços financeiros Aumento produção agrícola Redução vulnerabilidade através diversificação da actividade económica | <ul style="list-style-type: none"> Capacidade de novos reservatórios construídos (m3) Número de casas com acesso a água potável Número de recipientes de micro crédito Número de beneficiários de sistema de irrigação gota a gota Superfície de terrenos sobre irrigação gota a gota (ha) Número de novos negócios estabelecidos nas zonas rurais | | | | |
| SEPR-2 | Infra-estruturas rurais e Serviços de apoio | <ul style="list-style-type: none"> Infra-estruturas física melhorada Aumento acesso a electricidade nas áreas rurais Melhoria capacidade das organizações de base | <ul style="list-style-type: none"> Número e quilómetros de estradas rurais reabilitadas e/ou construídos Número de lares ligadas a rede de electricidade Número de pessoal treinado (por género) | | | | |
| | | Objectivo Geral: Melhoria participação no Mercado mundial | <ul style="list-style-type: none"> Valor das exportações (milhões CVE) | | | | |
| EC-1 | Desenvolvimento dos Recursos Humanos | <ul style="list-style-type: none"> Aumento capacidade técnica e de gestão Aumento acesso a educação pós-liceal | <ul style="list-style-type: none"> Número de novos cursos oferecidos Número de estudantes - nas Community colleges - graduados no programa de | --- | -- | -- | -- |

| Número | Projecto | Resultados | Indicadores | Situação de partida | Objectivos | | |
|--------|---|---|---|---------------------|------------|------|------|
| | | | | | 2005 | 2006 | 2007 |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Infra-estruturas construídas e mantidas | <ul style="list-style-type: none"> incubador empresarial e de negócios - graduados do curso sobre liderança e gestão Número de educadores treinados | -- | | | |
| EC-2 | Desenvolvimento do Sector Privado e Promoção das Exportações | <ul style="list-style-type: none"> Melhoria acesso aos serviços financeiros Aumento das exportações | <ul style="list-style-type: none"> Número de negócios e empresários beneficiando do programa de crédito e investimento Número e valor dos créditos concedidos Número de empresários formados | -- -- -- | | | |
| EC-3 | Desenvolvimento do Sector do Turismo | <ul style="list-style-type: none"> Aumento da actividade turística (eco e cultural) Melhoria das infra-estruturas turísticas Aumento do peso do sector turístico na economia | <ul style="list-style-type: none"> Número de turistas Receitas anual do turismo Número de operadores turísticos treinados Número de casas sociais construídas e renovadas Quilómetros de caminhos para marcha construídos | | | | |
| EC-4 | Desenvolvimento das Infra-estruturas | <ul style="list-style-type: none"> Melhoria do acesso a energia Redução dos custos de energia e de transporte para os consumidores | <ul style="list-style-type: none"> Quilowatts de electricidade produzidos a partir de energia eólica Capacidade de armazenamento de fuel-oil (M3) Valor do investimento estrangeiro no sector portuário Número de projectos financiados pelo Fundo privado de Investimentos | | | | |

4.7 *Coordenação dos Doadores*

158. As modalidades de ajuda, os mecanismos de coordenação dos doadores e a gestão das ajudas em Cabo Verde tem sido uma tradição até agora. O mecanismo principal de coordenação dos doadores em Cabo Verde é o das Mesas Redondas. A última Mesa Redonda realizou-se em Abril de 2003, baseada no Plano de Desenvolvimento Nacional 2002-2005. O PNUD e o Banco Mundial apoiaram a organização e a realização desta Mesa Redonda. O apoio solidário do PNUD e do Banco Mundial foi uma inovação comparada às Mesas Redondas anteriores. A Mesa Redonda proporcionou um ponto de partida para as discussões sobre as novas modalidades da coordenação e alinhamento dos doadores, incluindo a possibilidade de designar um doador como “chefe de fila” para as áreas temáticas ou dos sectores. Acordou-se que, como actividade seguinte, seriam estabelecidas Mesas Redondas temáticas específicas. Espera-se implantar esta decisão dentro em breve.
159. Adicionalmente ao mecanismo global de coordenação dos doadores, cada um deles estabeleceu o seu próprio mecanismo de coordenação bilateral consistindo essencialmente por consultas anuais. O financiamento de projectos tem sido a modalidade mais utilizada. Apesar da existência de algumas estratégias sectoriais bem avançada, não houve ainda financiamento a sectores (SWAps). Esporádico apoio orçamental tem sido dado por alguns doadores.
160. Os programas dos doadores são, a um nível diferente, alinhados com o Plano de Desenvolvimento Nacional ou outras. No entanto, os doadores têm os seus próprios ciclos de programação, que não seguem necessariamente os ciclos de planificação do país. Os ciclos de programação de assistência do país actuais terminarão em: União Europeia (2007), UNDAF (2005), World Bank (2004), Luxemburgo (2005), Portugal (2004).
161. As possibilidades de coordenação dos doadores pelo governo numa base ad-hoc são limitadas, devido ao facto de os doadores não terem uma representação no país. Enquanto que alguns têm uma representação em Dakar (Banco Mundial, USAID, Holanda), outros trabalham a partir das suas respectivas sedes (Suíça, Suécia, BAD etc..).
162. A harmonização das políticas operacionais e procedimentos dos doadores com os sistemas nacionais está ainda numa fase inicial. Com a formulação do Documento de Estratégia do Crescimento e da Redução da Pobreza, (DECRP)⁵, esperam-se mudanças significativas relacionadas com a coordenação, alinhamento e harmonização dos doadores. Como em outros países em desenvolvimento, que usam o PRSP (DECRP) como estratégia de desenvolvimento a médio prazo, a visão de Cabo Verde é que:

⁵ DECRP é equivalente a PRSP, Poverty Reduction Strategy Poverty

- Os doadores irão alinhar as suas estratégias de assistência do seu país a Cabo Verde com o DECRP
- O governo reforçará a sua liderança na coordenação dos parceiros de desenvolvimento. Os mecanismos da Mesa Redonda/Grupo Consultivo serão posteriormente desenvolvidos e adaptados aos mecanismos de implementação do DECRP.
- Mudanças na forma de assistência serão feitas, com um foco acentuado no apoio sectorial (SWAps) e apoio orçamental.
- Os doadores estão a caminhar-se no sentido de usar os sistemas nacionais e no sentido de dar força a esses sistemas e capacidades nacionais, particularmente na área de gestão financeira público e prestação de serviços.
- A harmonização da política e procedimentos operacionais será feita em várias áreas, como nas de aquisição de bens e serviços, monitoramento e avaliação (M&E) e informação.

163. Há uma perspectiva comum dentro do governo e da maior parte dos parceiros de desenvolvimento de que há uma necessidade de reformar o sistema de gestão da ajuda e dos mecanismos de coordenação dos doadores. A ajuda orçamental em preparação com o Banco Mundial, a Holanda e a União Europeia é um passo em direcção do alinhamento dos doadores e da reorientação das ajudas para uma ajuda orçamental. O governo está cometido em implementar as reformas necessárias para adequar a sua gestão das ajudas a evolução dos doadores.

164. O DECRP deriva das estratégias de desenvolvimento existentes e está desenhado para ser um quadro amplo de implementação estratégica a médio termo que visa a tornar-se a âncora para todas as ajudas como é o caso em muitos outros países. O DECRP com um quadro geral de políticas dá ao governo uma grande oportunidade para reforçar os sistemas nacionais de planeamento, orçamento, e implementação com o fim de criar uma plataforma de harmonização da política operacional e procedimentos. O trabalho inicial visando um quadro harmonizado de apoio orçamental poderia reforçar significativamente os sistemas nacionais e tornar-se um incentivo para outros doadores se juntarem a esta estrutura. Um quadro melhorado de coordenação, alinhamento e harmonização dirigida pelo governo poderia contribuir para a simplificação do sistema de gestão da ajuda e libertaria capacidades.

165. Ao mesmo tempo, os doadores estão a evoluir nesta direcção. Um trabalho de alinhamento para apoio orçamental tem sido iniciado pelo Banco Mundial, União Europeia e os Países Baixos. Esta experiência de alinhamento para um apoio orçamental poderia ser estendida, se mais doadores se juntassem ao longo do tempo. Como os ciclos de programação correntes dos parceiros de Cabo Verde terminarão em 2004/2005, o alinhamento dentro de um período curto seria possível. O alinhamento do ciclo de planificação dos doadores e os ciclos de desembolsos, com

a implementação do DECRP, a informação e o ciclo do governo para planeamento e do orçamento constituiriam uma oportunidade importante para a simplificação do sistema de gestão da assistência. Os doadores podem reforçar a coordenação entre cada um deles, e podem alinhar o seu apoio com o DECRP nos termos das a) prioridades; b) dos indicadores do monitoramento; c) do orçamento do governo e dos ciclos de planeamento.

4.7.1 Outros Doadores nas áreas de prioridade

166. Muitos doadores são activos em Cabo Verde. Entre os bilaterais podemos citar a USAID que tem providenciado ajuda alimentar e outras ajudas; a Holanda tem sido activo no sector da educação, do ambiente, e do desenvolvimento do sector privado; Luxemburgo apoia Cabo Verde em vários sectores incluindo infra-estruturas e educação; Portugal, que tem laços históricos com Cabo Verde tem apoiado os esforços de Cabo Verde em vários domínios. Os principais doadores multilaterais são o Banco Mundial, o FMI, a União Europeia, o BAD, o PNUD, a BADEA e o Fundo de OPEC. Cabo Verde tem recebido destas organizações apoio substancial sob forma de donativos, empréstimos e implementação de políticas.
167. Entre 1977 e 1966 a USAID concedeu cerca de 127 milhões de dólares americanos para financiar projectos de ajuda em áreas como a do treinamento de recursos humanos, conservação, desenvolvimento do sector privado, e ajuda alimentar. Um dos projectos de ajuda melhor sucedidos é o da US Food Aid patrocinado pela USAID que está a ser implementado conjuntamente com a ACDI/VOCA, uma ONG dos Estados Unidos. O programa de ajuda alimentar está a transformar a agricultura e a economia rural de Cabo Verde através do micro-financiamento e a introdução de novas técnicas como a irrigação gota a gota.
168. Um grande projecto em curso é o programa nacional da redução da pobreza (PNLP) que engloba três projectos: o projecto do desenvolvimento do sector social (PDSS), o da redução da pobreza nas áreas rurais (PLPR) e o programa de desenvolvimento social para grupos marginalizados (PSGD). O financiamento total do projecto é de 47 milhões de dólares americanos e espera-se que esteja em operação até 2008. Este projecto enquadra-se perfeitamente na componente de Empoderamento Social e Redução da Pobreza do programa proposto. O programa PNLB é financiado conjuntamente pelo governo de Cabo Verde, o Banco Mundial, a IFAD e AfDB.
169. O programa PNLB tem obtido resultados significantes e mais de 210.000 Cabo-verdianos têm beneficiado do projecto PNLB. Uma recente avaliação da componente do programa da pobreza do PNLB pelo United Nations Office for Project Services (UNOPS) indica que mais de 534 micro-projectos têm sido financiados e 80% do montante gasto permanente na economia local. A UNOPS concluiu que o programa tem sido muito bem sucedido e que teve impacto no desenvolvimento rural e na redução da pobreza

170. A lição chave do programa PNLP, que será adoptado na implementação do programa de assistência da MCA, é a integração das Comissões Locais de Parceiros, autoridades municipais, ONGs, e associações comunitárias na formulação e na execução dos projectos. Por isso, a componente sobre o Empoderamento Social e Redução da Pobreza, será coordenado com os programas existentes e os autores envolvidos no projecto em curso sobre a pobreza, desempenharão um papel significativo na implementação da componente empoderamento social.
171. Vários projectos também estão em curso dentro das áreas em foco da segunda componente proposta pelo programa de assistência da MCA Entre eles, os projectos financiados pelo Banco Mundial como o da Privatização e Construção da Capacidade de Regulação e o Projecto de Crescimento e Competitividade. . Estes dois projectos estão a apoiar o governo de Cabo Verde nos seus esforços de construir uma economia competitiva liderada pelo sector privado. O projecto de Crescimento e Competitividade foi lançado em Outubro de 2003 e espera-se que seja completado em 2007. O orçamento para o projecto é de 13.5 milhões de dólares americanos. Os objectivos do projecto de competitividade são: o desenvolvimento do sistema financeiro, melhoramento do clima de investimento, a criação da capacidade institucional e a criação da capacidade do sector privado. . A indicação da missão de supervisão recente do Banco Mundial é que o projecto está a fazer progresso em direcção aos seus objectivos.
172. O projecto sobre a privatização foi estabelecido através de um Acordo de Crédito para o Desenvolvimento com o Banco Mundial em 1998, de nove milhões de dólares americanos e 1 milhão de dólares americanos dos fundos do governo. O projecto foi estabelecido para facilitar a transferência de recursos produtivos do sector público ao sector privado e para o estabelecimento de uma capacidade de regulação efectiva. Desde a sua instalação, o projecto tem facilitado a privatização de mais de 30 empresas no seu portfolio e tem ajudado a estabelecer uma agência de regulação económica. O projecto tem sido estendido para facilitar a privatização das empresas estatais restantes. Outros projectos co-financiados pelos créditos do Banco Mundial se enquadram no sector dos transportes e no sector da energia para aumentar a produção de energia e para ligar os lares pobres à rede nacional de electricidade. Nos transportes, foi obtido recentemente um financiamento do Banco Mundial para construção de estradas.
173. A estratégia adoptada pelo programa de assistência da MCA é a de intensificar e expandir programas que já estão a ter um impacto e provam ser bem sucedidos. Isto é importante na medida em que aumentará as oportunidades de sucesso para o programa do MCA e também diminuirá os riscos. Por isso, ao se esboçar a componente sobre o crescimento económico e competitividade, procurou-se a sinergia com os programas sobre a privatização e a competitividade já existentes A semelhança da componente sobre o Empoderamento Social, a implementação da componente sobre o crescimento económico e competitividade será coordenada com programas bem sucedidos na área. E as partes envolvidos nestes programas irão participar na implementação do programa de assistência da MCA.

5. *Processo Consultivo*

174. A participação no processo de planeamento e a formulação de estratégias nacionais é a norma em Cabo Verde. Um exemplo foi o processo do Estudo Nacional de Perspectivas a Longo Prazo (NLTPS) em 1996, que visava, através de um diálogo nacional, a formulação de cenários alternativos para o futuro e a estratégia de desenvolvimento nacional. Desde 2001, quando o governo actual tomou o poder, já se realizou diversos exercícios de reflexão estratégica no país. O processo de elaboração das “Grandes Opções”, que envolveu todos os sectores, as partes interessadas e acima de duas centenas de especialistas num período de seis meses é um outro exemplo. O documento que resultou deste processo (a visão nacional e as grandes opções do desenvolvimento) foi debatido e aprovado como lei pela Assembleia Nacional. Isto foi seguido pelo Documento Interino de Estratégias de Luta contra a Pobreza que emanou das “Grandes Opções” e que envolveu especialistas e as partes interessadas.
175. A seguir, foi o Plano Nacional de Desenvolvimento (2002-2005) baseado no “Grandes Opções”, que envolveu diversos departamentos governamentais e especialistas da sociedade civil e do sector privado. Este foi seguido pela formulação da Estratégia de Transformação de Cabo Verde, desenvolvido pelo Gabinete do Primeiro Ministro com o auxílio de especialistas e foi submetido à nação para discussão num fórum de três dias, no ano de 2003. A participação no fórum incluiu uma variedade e diversidade de opiniões e grupos de Cabo Verde, bem como especialistas nacionais e internacionais. O resultado foi um consenso sobre o que seria a visão futura, as estratégias para transformar Cabo Verde e as acções a curto, médio e longo prazo para realização da visão nacional. Desde então, têm sido formuladas pelo Governo e em colaboração com o sector privado e a sociedade civil, diversas estratégias de vários sectores para a redução da pobreza, educação e desenvolvimento rural.
176. Em 2003, o governo lançou um outro exercício para examinar porque motivo a pobreza continuava a ser um problema em Cabo Verde, apesar de anos de um bom desempenho económico. O processo que terminou em Julho de 2004 foi dirigido no Ministério das Finanças e do Plano por uma equipa de técnicos e envolveu vários especialistas e partes interessadas de diversos sectores. O resultado foi o Documento de Estratégia sobre Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP) com uma série de recomendações estratégicas para promover o crescimento económico e aliviar a pobreza. Este documento serviu de base para à elaboração da presente proposta.
177. O programa de assistência do MCA é por isso uma continuação desta tradição de diálogo estratégico sobre a questão nacional de como assegurar um crescimento real da economia, a redução substancial da pobreza e uma boa qualidade de vida para todos. Em resumo, o programa de assistência da MCA tem a sua ascendência nestes vários exercícios participados de formulação de estratégias e na tradição de uma

governança democrática em Cabo Verde. No processo de formulação da presente proposta ao MCA, o governo envolveu várias pessoas de diversos sectores. Em detalhe, o processo envolveu as etapas seguintes:

178. **Primeiro Esboço** : O primeiro passo foi a preparação, na base dos exercícios estratégicos anteriores, de uma ideia inicial de projectos a apresentar ao MCC elaborada por um núcleo de pessoas.
179. **Interacção com parceiros** : Após a preparação do esboço inicial do programa, foram realizadas uma série de consultas com organizações e indivíduos com experiência ou laços com o programa de assistência da MCA nos Estados Unidos para obter os seus pontos de vista e resposta ao plano e ideias em estudo.
180. **Consultas individuais e a nível de sectores** : Foram realizadas consultas individuais a nível de todos os gabinetes ministeriais, grupos das ONGs e associações do sector privado para se lhes dar conhecimento dos planos do governo sobre o MCA e conhecer os seus pontos de vista sobre as ideias iniciais para o esboço de um programa.
181. **Apresentação e Discussão pelo Conselho de Ministros** : Em seguida fez-se uma apresentação e um debate no Conselho de Ministros sobre a MCA e a proposta potencial do programa de Cabo Verde.
182. **Consulta Nacional** : Um atelier nacional foi então organizada e incluiu apresentações do Primeiro Ministro, do Embaixador dos Estados Unidos em Cabo Verde, do Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Embaixador de Cabo Verde nos Estados Unidos. Depois dessas apresentações, a proposta inicial do programa foi apresentada aos participantes do fórum. Seguiu-se um debate sobre a proposta com a apresentação de sugestões e ideais sobre como fazer ajustamentos e melhoramentos e sobre quais os assuntos ou áreas é que deveriam ser tomados em consideração ao se organizarem consultas posteriores. Foi também acordado o processo para a preparação da proposta ao MCA. A participação envolvia pessoas de vários sectores, sociedade civil, associações, organizações não governamentais, o governo e os municípios. Dentre os participantes foi formado um Grupo de Trabalho do MCA. Para se assegurar ainda uma participação alargada foram feitas também consultas com o sector privado e a sociedade civil no Mindelo e na Ilha do Sal. As consultas foram largamente cobertas pela imprensa (jornais, rádio e televisão).
183. **Grupo de Trabalho do MCA** : Seguindo a recomendação do atelier nacional, o grupo de trabalho do MCA reuniu-se por dois dias para discutir a proposta em plenário e em grupos de trabalho. Foram preparadas recomendações e relatórios. Foi ainda seleccionada a equipa para redigir o esboço da proposta.
184. **Grupo para redacção do esboço** : O grupo de redacção que é constituído por representantes da administração pública, associação dos governos municipais, o sector privado e as ONGs preparou o esboço da proposta do que constitui uma base

para uma segunda volta de consultas.

185. **Revisões e Consultas** : Após a preparação do esboço da proposta, seguiu-se uma série de consultas por sectores com o sector privado e a sociedade civil para se conhecerem os seus comentários e ideias para a revisão da proposta. Consultas selectivas foram igualmente feitas com as comunidades cabo-verdianas nos Estados Unidos para se obterem os seu comentários. Também foram ouvidos opiniões com pessoas dentro do Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o PNUD. A proposta foi então revista entre grupo de redacção e submetida de novo para apreciação do Conselho de Ministros.
186. **Conselho Consultivo** : Um comité representativo a nível nacional (Conselho Consultivo) foi criado para acompanhar o programa de assistência da MCA. Os seus membros representavam os vários sectores da sociedade e incluíam o governo, o sector privado, os municípios, as ONGs, associações comunitárias. O Conselho Consultivo tinha a responsabilidade de analisar a proposta de assistência do MCA. O Conselho Consultivo que é dirigido pelo Presidente da Plataforma das ONGs, tinha a responsabilidade adicional de dar o seu parecer sobre a proposta antes de sua submissão ao MCA. Este grupo jogará um papel importante na supervisão e avaliação do programa de assistência da MCA durante a fase de implementação.
187. As principais organizações representantes o sector privado, a Administração e as ONGs participaram no processo. Consultas foram feitas com as associações do sector privado, representantes de associações locais, incluindo grupos de mulheres e grupos rurais. Para se assegurar uma participação geral, foram convidados activistas de várias ilhas para participarem em encontros importantes na Praia, S. Vicente e Sal.
188. A população rural foi também incluída na preparação da proposta e será incluída na sua implementação, através das suas associações, uma vez que estão altamente organizadas em associações comunitárias e existe um registo da trajectória das consultas efectuadas pelo governo com os diversos grupos. Muitos do sector voluntário foram incluídos no planeamento de projectos e na preparação da proposta dado à grande confiança na identificação e expansão de programas já existentes que provaram estar a contribuir para uma redução significativa da pobreza e para o crescimento económico.

6. Estratégia de Sustentabilidade do Programa

189. No desenho do programa de assistência do MCA, um requisito ou elemento chave da estratégia é a sustentabilidade do programa. Esta estratégia incorpora dois elementos principais: a sustentabilidade das políticas e a sustentabilidade financeira.
190. O sucesso do programa do MCA a longo prazo está ligado a um ambiente favorável a nível nacional. Para o programa de assistência do MCA ter sucesso, em Cabo Verde ou em qualquer outro país, o ambiente para a implementação das políticas

deve conduzir aos objectivos e princípios da assistência do MCA. O ambiente nacional deve ser favorável ao Mercado e deve estar continuamente a trabalhar no sentido de promover o desenvolvimento económico. Se este ambiente não for criado, a assistência da MCA não terá sucesso e qualquer das vitórias alcançadas não será sustentável a longo prazo.

191. Por este motivo, o governo de Cabo Verde está a tentar assegurar, meticulosamente, que haja momento para todos os projectos da sua política de reforma que já estão em curso. O governo está cometido à implementação da sua agenda de reforma das políticas descrita na secção 5.5. Estas reformas das políticas vão permitir o ambiente propício para aplicação dos princípios do MCA, como: governar de uma maneira justa, investir na população, e permitir que a liberdade económica floresça; elas assegurarão a sustentabilidade das conquistas da assistência do MCA a longo prazo.
192. Ligada à sustentabilidade das políticas, está a necessidade de sustentabilidade financeira. Para responder a esta parte da equação de sustentabilidade, o desenho das duas componentes e dos projectos individuais do programa de assistência do MCA, foi particularmente guiado pelo objectivo de usar os recursos do MCA para obter mais financiamento e para recuperação dos custos. Isto é necessário para dar oportunidade de aumentar o financiamento disponível e recuperar investimentos iniciais, onde possível, com o objectivo de alargar o número dos beneficiários. Como tal, a estratégia adoptada incluirá: 1) usar a assistência da MCA para mobilizar outros recursos e financiamentos, e 2) considerar o financiamento da MCA como um investimento.
193. O programa proposto coloca um ênfase significativo no uso da assistência da MCA como uma alavanca para obter recursos adicionais para o desenvolvimento e transformação de Cabo Verde. Por exemplo, uma grande limitação afectando a competitividade da economia de Cabo Verde é uma infra-estruturação inadequada do país, incluindo estradas, aeroportos e portos, transportes, especialmente o transporte entre as ilhas, para facilitar um movimento de produtos e pessoas de maneira eficiente. Construir infra-estruturas e manter operacional as infra-estruturas existentes, o que é necessário para a visão de transformação nacional, irá requerer um montante substancial de investimento por um período contínuo.
194. Por isso, a proposta é usar-se a assistência do MCA como uma alavanca para obter recursos que serão necessários a longo prazo para o desenvolvimento da infra-estrutura e necessidades de transporte em Cabo Verde. Uma proposta importante da componente da competitividade económica é o estabelecimento de um fundo privado de investimentos para financiar os projectos de infra-estruturas. Este fundo será constituído pela angariação de fundos nos mercados financeiros internacionais e no sector privado de Cabo Verde. Os recursos do MCA serão por conseguinte usados para baixar o custo do financiamento e para atrair investidores pelo facto de

garantir o pagamento dos interesses durante os dois ou três anos do financiamento(6).

195. Como parte dos seus esforços para usar a assistência do MCA como um alavanca para adquirir recursos adicionais, Cabo Verde está a dialogar com os seus parceiros para procurar recursos complementares. Por exemplo, o governo está a discutir com o programa GPOBA(9) co-financiado pelo Banco Mundial e o programa de financiamento do Departamento do Reino Unido para Desenvolvimento Internacional um financiamento de 500.000 dólares americanos. Essa doação irá financiar o estudo técnico para ajudar a esboçar a estratégia da implementação de um aspecto chave do programa, o de estender aos pobres, os serviços básicos como a água, a electricidade, os serviços sanitários, e de saúde e telefones.
196. O governo também está em discussões com a Fundação para Construir Capacidades em Africa (ACBF) para que conceda o auxílio para financiar as operações da Unidade da Estratégia da Transformação que irá dirigir a implementação do programa de assistência da MCA de Cabo Verde e o seguimento da sua agenda da transformação. Estes tipos de iniciativa de mobilizar fundos adicionais serão continuados para assegurar que os recursos obtidos da MCA se tornem uma força motora para a transformação de Cabo Verde.
197. Por exemplo, o Mercado financeiro em Cabo Verde não está muito desenvolvido e a competição no sector bancário é ainda muito fraca. O resultado é um custo de financiamento muito elevado, o que constitui uma grande barreira ao investimento por parte do sector privado. Isto tem criado uma procura intensa de financiamento, não satisfeita, especialmente por parte das empresas pequenas e médias de Cabo Verde o que, por sua vez, impede o aumento da produtividade e do crescimento económico. A assistência do MCA é vista pelo sector privado e pelo governo como tendo potencial para ajudar a aumentar o fornecimento de fundos para investimento e para reduzir o custo do crédito ao introduzir uma alternativa no mercado. A proposta é por isso, criar um fundo com o sector privado que emprestará e/ou tomará acções nas empresas. Os recursos do MCA serão utilizados para mobilizar mais recursos financeiros no mercado financeiro para conceder empréstimos aos empresários. O Fundo será gerir seguindo as forças do mercado e as receitas do reembolso desses mesmos empréstimos será usado para se emprestar a outros beneficiários. Isto é crítico para dinamizar o processo de desenvolvimento de empresas. Se os recursos são concedidos como doações, deprimirá o Mercado; mal a doação inicial da MCA seja usada, o Mercado retrocederá para o mesmo estado ou para pior. A ideia por isso, é usar a assistência do MCA, quando possível, no sentido de encorajar a competição no Mercado e promover a iniciativa privada em vez de encorajar a dependência. Os fundos a serem criados no âmbito do MCA não terão nenhum impacto directo no orçamento do estado porque serão entidades diferentes geridos pelo sector privado em colaboração com instituições financeiras

⁶ O governo de Cabo Verde iniciou uma exploração preliminar com firmas dos Estados Unidos sobre a possibilidade de estabelecer um fundo de equidade privado para o desenvolvimento da infra-estrutura.

9.The Global Partnership on Output-Based Aid (GPOBA)

internacionais. O governo e a assistência do MCA terão essencialmente um papel de catalisador.

198. Ademais, para os sub-programas de luta contra a pobreza o modelo utilizado será o de micro-crédito onde o recipiente irá reembolsar com juros. Este modelo tem provado ser muito bem sucedido em Cabo Verde. Historicamente, Cabo Verde tem usado este modelo com o programa de ajuda alimentar dos Estados Unidos e está agora a ser usado com o programa de irrigação que está a transformar a agricultura em Cabo Verde. É o que explica o alto nível de sucesso do seu programa de ajuda alimentar.
199. O governo de Cabo Verde decidiu levar este princípio de sustentabilidade mais além no que diz respeito à assistência do MCA. Isto significa considerar o pacote da ajuda sob a assistência do MCA como uma forma de investimento para obter retorno deste investimento sob forma de crescimento económico e alívio da pobreza. De acordo com este ponto de vista, uma parte da assistência do MCA financiará projectos que permitirão a recuperação dos investimentos, o que deverá permitir prosseguir os programas ao longo do tempo. Outras modalidades que Cabo Verde usará é financiar as ligações iniciais dos pobres aos serviços básicos e fazê-los pagar esses serviços conforme as suas possibilidades durante um certo período de tempo. Outra forma de acção é ajudar a financiar investimentos cruciais que as empresas de serviços públicos são incapazes de fazer devido a limitações financeiras e os ganhos financiarão outros projectos de extensão da infra-estrutura. As formas de acção que Cabo Verde pretende usar com a assistência do MCA possibilitam de maneira mais segura a sustentabilidade a longo prazo e encorajará o momento para uma economia de Mercado
200. Ademais, um elemento crítico do programa de assistência do MCA é a criação de capacidade. Cada uma das duas componentes do programa de assistência do MCA tem uma sub-componente que se centra na criação de capacidades. O objectivo é empoderar as pessoas e construir capacidades sociais para assegurar que haja uma capacidade para a transformação nacional. Criar uma capacidade individual e social reforçará a sustentabilidade das vitórias muito para além do final da assistência do MCA. Por ultimo, sustentabilidade depende altamente do sucesso. É apenas através dos resultados que Cabo Verde pode tornar-se auto-sustentável e mover-se da situação de receber ajuda para a de se tornar uma nação doadora. No mínimo a assistência da MCA aumentará os recursos nacionais e reduzirá a necessidade de depender de fontes de ajuda.

7. Conformidade aos Critérios da MCA

201. O MCA foi concebido no pressuposto da importância de políticas robustas (social, política e económica), de uma ampla participação na governação do país e de existência de sistemas saudáveis de monitoramento e avaliação. Os seus objectivos são assegurar que a ajuda seja efectiva e que os objectivos de desenvolvimento,

como os de acabar com a pobreza, promover a liberdade e governação democrática, dar poder ao povo e construir um futuro melhor, sejam alcançados.

202. Estes são objectivos louváveis a que governos sucessivos de Cabo Verde se têm subscrito desde os primeiros dias de independência há cerca de três décadas. Desde a independência, investir no seu povo, dar poder à população para melhor se defenderem por si mesmos e centrar-se na construção de um futuro melhor, apesar das condições climáticas e ambientais duras, tem sido a preocupação dos vários governos, independentemente das suas diferentes formas de aproximação e ênfase.
203. Por isso Cabo Verde está totalmente dedicado aos critérios do MCA e pode-se verificar nos indicadores publicados pelo MCC. Dos dezasseis indicadores usados pelo MCC para avaliar os países, Cabo Verde teve uma baixa classificação apenas num indicador, o da política comercial. Como uma nação pequena, a assistência do MCA dá a Cabo Verde uma igual oportunidade de ter acesso a uma ajuda de desenvolvimento e assim fará todo o possível para melhorar a sua realização nos vários indicadores porque estes objectivos coincidem com as nossas prioridades nacionais e a nossa visão de transformação.
204. As realizações notáveis de Cabo Verde resultam da dedicação da liderança nos diversos partidos políticos, do suporte dos nossos parceiros de desenvolvimento como os Estados Unidos e do desejo do povo de Cabo Verde de assegurar um futuro melhor às gerações futuras. Antes dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (MDG), ter sido estabelecidos pelas Nações Unidas, Cabo Verde centrou-se em melhorar a qualidade de vida do seu povo investindo nele. Se é que há algo mais que a ajuda da MCA poderia fazer, seria apenas reforçar a capacidade e habilidade do governo e do povo de Cabo Verde para transformar a sua economia e melhorar a qualidade de vida para todos.
205. Cabo Verde lançou um processo de reforma nos anos 90 para assegurar que o sector privado seja a força principal da economia. O governo está a aprofundar esta reforma com o apoio de agências internacionais como o Banco Mundial e o FMI e o suporte dos seus parceiros de desenvolvimento. Como se pode ver na secção 5.5, Cabo Verde está agora engajado em reformas extensivas e esforços de modernização e está a abrir a sua economia. Parte deste processo inclui o cometimento de tratar das questões da sua política comercial. O governo está a trabalhar para lidar com esta limitação; os projectos de privatização e de competitividade foram estabelecidos para fazer da economia mais amigável ao Mercado.
206. Por exemplo, com o apoio dos Estados Unidos, Cabo Verde está agora a trabalhar activamente para aderir à Organização do Comércio Mundial. O governo também está a trabalhar noutros requisitos para a sua adesão ao OMC, tal como a legislação sobre arbitramento dos negócios bem como a criação subsequente de um centro de arbitramento. A entrada de Cabo Verde na OMC abrirá as portas da sua economia ao mundo ao mesmo tempo que irá abrir as portas da economia mundial às

empresas cabo-verdianas. Os esforços para entrar na OMC bem como as reformas em curso das tarifas e alfândegas e do sistema de imposto deverá assegurar uma economia aberta que favorece o comércio e os negócios. E de se realçar que a fraca classificação de Cabo Verde no indicador de política comercial não reflecte as medidas de políticas tomadas recentemente como a introdução do IVA, a qual permitiu a redução e a simplificação das taxas de importação. Com estes esforços e a reforma dos procedimentos administrativos, Cabo Verde espera melhorar o seu nível no indicador do comércio e em geral na área de promoção da liberdade económica.

207. O ênfase em enfrentar as questões de política económica não distrairá o governo do seu cometimento à democracia, liberdade e investimento no seu povo. O governo continuará a dedicar recursos adequados na educação nos níveis primário e secundário. O objectivo de agora em diante é melhorar a qualidade e aumentar o nível de graduados no ensino secundário para 100 por cento Também devido à falta de força laboral especializada, o governo está empenhado em criar um sistema de educação superior que preparará quadros para a nova economia emergente. Uma parte chave do programa de assistência da MCA é dedicado a esse fim.
208. Além disso, o governo está agora engajado numa série de programas de reformas do sector público para se tornar mais eficiente e efectivo Uma parte chave desta reforma é a criação de NOSi, uma agência governamental, que tem por objectivo conduzir Cabo Verde à sociedade da informação. NOSi está actualmente envolvida numa série de projectos de informatização. Por exemplo, embarcou em projectos que facilitarão o acesso ao governo e permitirá ao governo providenciar serviços através da 'Internet'. Um dos projectos de NOSi envolve a redução do tempo para adquirir documentos e registo de negócios do governo a minutos em vez de dias ou meses como acontece agora. O governo também está a implementar o sistema Sydonia que permite o acompanhamento de todas as actividades alfandegárias.
209. Ademais, a política do governo é a de devolver o poder aos governos locais e associações civis. O engajamento das associações da sociedade civil no delineamento e implementação de projectos de desenvolvimento é um testemunho do cometimento do povo de Cabo Verde na transformação da sua economia e sociedade. Com as reformas em curso e a dedicação dos cabo-verdianos no sentido de criar uma melhor sociedade, o governo espera um melhoramento significativo dos indicadores da MCA, especialmente no que se refere à política do comércio.

8. Outros factores para consideração do MCC

210. Um dos relatórios sobre Cabo Verde é a publicação de Abril de 2004 feita pela famosa Economist Intelligent Unit, que dá uma visão geral do ambiente social, político e económico do país.(9) Em breve, a apreciação do IEU foi muito positiva, e indica que a boa política sobre a economia alcançará os 6 por cento do crescimento do PNB em 2004-05 com a inflação projectada para permanecer numa média de 3 por cento ao ano. E, em acréscimo ao parecer económico, o relatório

proporciona comentários sobre o ambiente político que mostra a existência de um democracia viva e vibrante em Cabo Verde com uma competição significativa entre o partido no poder e o maior partido da oposição.

211. Um outro relatório que afirma que Cabo Verde está no bom caminho para a sua transformação económica é o relatório do Banco Mundial preparado para a formulação do Documento de Estratégia para Assistência (CAS) a Cabo Verde. Desde de elaboração deste relatório em 2001, o governo já implementou a maioria das recomendações bem como as reformas. Isto resultou em melhoria considerável do ambiente macro-económico como a redução dos défices, o aumento da estabilidade monetária e fiscal, e uma baixa inflação. Este relatório (Report No. PIN72 Cape Verde CAS: Public Information Notice) preparado a intenção do Conselho de Administração do Banco aponta a imagem de um país activamente engajado na criação de condições para o crescimento económico e o desenvolvimento. Transcrevemos abaixo parte deste relatório in verbatim:⁷

“O Contexto”

Cabo Verde experimentou crescimento e desenvolvimento notáveis desde o ultimo CAS em 1997. O seu crescimento nos três últimos anos tem sido em media de 7.5%. Mesmo com uma baixa recente nos indicadores de saúde, Cabo Verde continua com os melhores indicadores sociais de Africa Sub-Sahariana, uma recompensa para os seus esforços de responder aos problemas de pobreza pelo reforço da intervenção privada e na promoção do investimento para o desenvolvimento do seu capital humano.

O nível de maturidade política dos cabo-verdianos coloca o país a parte dos outros países africanos. No início de 2001 Cabo Verde realizou eleições legislativas e presidenciais transparentes ganhos pela oposição. Essas eleições eram as terceiras organizadas desde de 1991 com duas ganhas pela oposição sem que haja intimidações ou distúrbios sociais.

As características geográfica, social e política de Cabo Verde são únicas em Africa e tem constituído uma base forte do desenvolvimento sustentável. Entre outras características únicas, Cabo Verde não tem tensões étnicas e religiosos, não tem doenças endémicas, as despesas com a defesa são pequenas, o alto nível de emigração durante anos tem forjado laços com Europa e América, é um país relativamente sem corrupção, a capacidade das Instituições é invulgar e o SIDA não se desenvolveu como no resto do continente africano. Contudo, Cabo Verde é uma pequena economia, com uma grande vulnerabilidade aos choques externos, incluindo as remessas de emigrantes e a ajuda externa.

⁷ World Bank (2001), Report No. PIN72 Cape Verde CAS: Public Information Notice. Last accessed on 18 July 2004 on http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDS_IBank_Servlet?pcont=details&eid=000094946_01111604042528

9. Representantes do governo para o MCC

Mr. Victor Manuel Barbosa Borges

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades
Praia, Cabo Verde, C.P. 60

Telefone: (238) 261 57 27/32

Fax: (238) 261 39 52/261 5731 Email: victor.borges@negest.gov.cv

Mr. João António Pinto Coelho Serra

Ministro das Finanças e do Plano

Praia, Cabo Verde, C.P. 30

Telefone: (238) 260 75 01

Fax: (238) 261 38 97 Email: jserra@gov1.gov.cv

Mr. José Brito

Embaixador de Cabo Verde nos Estados Unidos

Embassy of Cabo Verde

3415 Massachusetts Avenue, NW

Washington, DC 20007, USA

Telefone: 1 202 965 6820

Fax: 1 202 965 1207 Email: ambcvus@verizon.net

Mr. Avelino Bonifácio Fernandes Lopes

Coordenador do programa, Cabo Verde's MCA Assistance Program

Praia, Cabo Verde, C.P. 455

Telefone: (238) 261 74 28

Fax: (238) 261 76 65 Email: avelinob@cvtelecom.cv

10. Transparência

212. Cabo Verde é uma democracia com um sistema de controle providenciado pelos sistemas legislativo e judicial. As despesas do governo são aprovadas e controladas pelo parlamento; também são publicadas e são acessíveis a qualquer interessado. A cultura da abertura como um estado democrático é respeitada em Cabo Verde. Relatórios sobre os projectos são publicados pelo governo e seus parceiros de desenvolvimento e são acessíveis a todos os que estejam interessados. Além do mais, Cabo Verde está a fazer um progresso significativo em direcção a um governo aberto, através de esforços recentes de modernizar a sua administração e de permitir acesso ao governo através da Internet.”
213. Por isso o governo de Cabo Verde tenciona continuar estas práticas no que respeita ao programa de assistência do MCA. O plano é de tornar todos os documentos acessíveis a todos os interessados usando o internet. Os acordos e os relatórios anuais sobre o progresso estarão ao dispor ‘online’ e serão publicados para qualquer grupo ou indivíduo interessado

214. Adicionalmente o governo permitirá ao público ter acesso aos contractos feitos para a implementação dos projectos e a todos os relatórios sobre as avaliações e exames de contas. Todos os documentos relevantes estarão à disponibilidade ‘online’ e “offline”. O desenho do quadro institucional apela para uma avaliação e monitoramento que inclui membros da sociedade civil e do sector privado. Cada membro das instituições do monitoramento terá acesso aos relatórios do projecto do MCA e podem em troca torná-los acessíveis aos seus constituintes.
215. Além disso, os relatórios de avaliação anuais sobre o progresso feito serão distribuídos rotineiramente às organizações de informação em Cabo Verde. A finalidade é assegurar que a população esteja informada e seja encorajada a fazer comentários e a dar sugestões. O governo de Cabo Verde facilitará a transparência como um meio de construir e manter a confiança do povo e assegurar a sua aceitação e comprometimento.